

A U.C.C.L.A. como Veículo da Lusofonia no Contexto da Globalização

António Manuel Correia Alves Dias

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política
e Relações Internacionais – Área de Especialização em
Globalização e Ambiente**

Junho, 2014

A U.C.C.L.A. como Veículo da Lusofonia no Contexto da Globalização

António Manuel Correia Alves Dias

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política
e Relações Internacionais – Área de Especialização em
Globalização e Ambiente**

Junho, 2014

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, com área de especialização em Globalização e Ambiente realizado sob a orientação da Prof. Doutora Teresa Rodrigues.

“É o fim do mundo como o conhecemos: organizado e planeado.”

Diogo Vasconcelos, 2011

Dedicado aos dois vultos da nova geração, com quem tive o grande privilégio de reflectir, e que ousaram transformar a sociedade:

“O desafio é reinventar um país, uma democracia, e saber que cada um de nós tem uma responsabilidade. Temos que criar um futuro e isso faz-se por via da inovação social.”

Diogo Vasconcelos, 2011

“Muito do eu que sou hoje devo-o (...) à estada em África.”

Pedro Passos Coelho, 2010

Os ideais em que acreditam são a fonte de energia que, ainda hoje, irradia luz e que nos dá força na procura permanente de um desígnio inspirador para a humanidade.

Por conhecer o pensamento de ambos sobre a globalização, o empreendedorismo, a sustentabilidade e a lusofonia, não podia deixar de os homenagear.

Bem-hajam!

Agradecimentos

Uma primeira palavra de homenagem aos meus orientadores, Prof. Doutora Teresa Rodrigues, da Universidade Nova de Lisboa, e Dr. José Bastos, da UCCLA, que, percebendo a importância do tema desta investigação, souberam imbuir-se de um espírito construtivo que permitiu chegar ao resultado da proposta de intervenção. Ambos são dignos e brilhantes representantes das instituições que integram, pondo todo o seu saber e experiência ao dispor do investigador, facilitando o trilhar do caminho que foi necessário percorrer.

Ao Dr. Victor Ramalho, ilustre e dinâmico Secretário-geral da UCCLA, pelo seu apoio e colaboração no decorrer do estágio.

Aos meus Mestres, Colegas e Amigos, pilares importantes, sem os quais não teria sido possível o resultado deste trabalho.

Uma nota especial de agradecimento ao Engº Miguel Seabra, pela capacidade de pôr em prática muitas das ideias que saem das reflexões teóricas. Um visionário pragmático.

À minha família, que faz parte da força que me dá ânimo para continuar.

À Raquel, a minha fonte de renovação permanente.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS LUSO-AFRO-AMÉRICO-ASIÁTICAS

António Manuel Correia Alves Dias

Resumo

O trabalho de estágio curricular desenvolvido na UCCLA, adiante apresentado, teve como desafio encontrar respostas para os fenómenos de fraccionamentos multidimensionais sentidos e diagnosticados nas cidades capitais luso-afro-américo-asiáticas de língua oficial portuguesa, resultantes do processo de globalização e seus modelos de desenvolvimento político, cultural, sócio-demográfico, económico e ambiental.

A luta pela liberdade, comum a todos os povos das nações que incorporam o espaço lusófono, facilitou os entendimentos futuros, sem os quais não teria sido possível construir as alianças que deram origem ao bloco sócio-político da CPLP, hoje merecedor da atenção e respeito da comunidade internacional. A afirmação e a importância crescentes da CPLP no diálogo das nações à escala global têm sido a plataforma estratégica na afirmação do espaço lusófono no mundo. Refira-se a integração rápida dos retornados na sociedade portuguesa, como um dos factores que mais contribuíram para a consolidação de uma sociedade multicultural alicerçada numa vivência conjunta de realidades diferenciadas. Em face desta realidade, é pacífico aceitar que a UCCLA foi a grande precursora do nascimento da CPLP. As transformações económicas, políticas, sociais, culturais e económicas verificadas após o 25 de Abril, provocaram rupturas sociais, as quais constituem o nosso foco de investigação neste relatório. Uma reflexão sobre o desenvolvimento sustentável dos sistemas político-sócio-económicos encontra-se, hoje, na ordem do dia de todos os decisores políticos, económicos e sociais, como forma de alcançar a coesão social. Apontar soluções inovadoras para a resolução ou minimização dos referidos fraccionamentos é, também, objectivo final da nossa investigação. A globalização, o espaço lusófono e os fracionamentos ético-culturais existentes nas cidades capitais luso-afro-américo-asiáticas de língua oficial portuguesa, representam a nossa temática, sobre a qual se debruça o nosso projecto de investigação, visando essencialmente encontrar um modelo de intervenção pragmático que possa ser implementado nessas cidades capitais, por forma a diminuir as desigualdades promovendo uma maior integração social e económica.

Palavras-chave: economia social, sustentabilidade, fraccionamentos, empreendedorismo, globalização.

INTERNSHIP REPORT IN

UNION OF THE PORTUGUESE, AFRICAN, AMERICAN AND ASIAN CAPITALS

António Manuel Correia Alves Dias

Abstract

The following traineeship work developed at the UCCLA is challenged to find answers against the multidimensional fractionation phenomena experienced and diagnosed in the Portuguese speaking Capitals, as a result of the globalisation process and its political, cultural, social-demographic, economic and environmental developing models.

The struggle for freedom, common to all the people from nations that incorporate the Lusophone area, made easier the future agreements, without which it would not have been possible to construct the alliances that originated the CPLP social-political block that deserves the attention and respect of the international community as never ever before. The increasing affirmation and growing importance of the CPLP in the dialogue of nations on a global basis have been the strategic platform in affirming the Lusophone area in the world. Notably, the rapid integration of the returnees into Portuguese society was a major contributory factor to consolidate a multicultural society based in a co-existence of different realities. Therefore it is easy to take UCCLA as the main precursor of the birth of CPLP. Economic, political and social and cultural transformations which took place after the decolonisation processes carried out by Portugal brought altogether deep social breakdown that completely modified the social-demographic and economic structure of their respective countries and became in extreme harmful consequences for the social cohesion of its communities. A reflection on the sustainable development of political-social-economic systems is now on the agenda of all policy, economic and social decision makers as the way of achieving that social cohesion. To point the political and economic ways to solve or minimize the multiple social fractionation phenomena is also the ultimate purpose of this reflection. The globalization, the Lusophone area and the ethical-cultural fractionation phenomena experienced in the Portuguese, African, American and Asian Portuguese speaking Capitals constitute our research thematic, aiming to find a pragmatic model of intervention so that it can be implemented in these Capitals in order to reduce the inequalities, thus promoting greater social and economic inclusion.

Keywords: social economy, sustainability, fractionations, entrepreneurship, globalization.

Abreviaturas

AfDB/OECD/UNDP	<i>African Development Bank/ Organisation for Economic Co-operation and Development/United Nations Development Programme</i>
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AIS	<i>Africa Innovation Summit</i>
AM&A	Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados
ANEPE	Associação Nacional de Empresas de Parques de Estacionamento
ANGOP	Agência Angola <i>Press</i>
ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
BCSD	<i>Business Council for Sustainable Development</i> Portugal
BIS	Banco de Inovação Social
CE	Comissão Europeia
CE-CPLP	Confederação Empresarial da CPLP
CEI	Casa dos Estudantes do Império
CIP	Confederação Empresarial Portuguesa
CMC	Câmara Municipal de Coimbra
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CMO	Câmara Municipal de Oeiras
CPLP	Comunidades de Países de Língua Portuguesa
CULA	Confederação de Universitários Luso-Africanos
EI	Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação
FCG	Fundação Calouste Gulbenkian
FCSH-UNL	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
GEE	Gases de Efeito Estufa

GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
IPDAL	Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina
ISEC	Instituto Superior de Educação e Ciências
MAPESS	Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social de Angola
MEA	<i>Millennium Ecosystem Assessment</i>
MIL	Movimento Internacional Lusófono
NU	Nações Unidas
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico
OF	Ordem dos Farmacêuticos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organizações Não-Governamentais
ONGD	ONG para o Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PPONGD	Plataforma Portuguesa das ONGD
RIERC	Rede de Incubação e Empreendedorismo da Região Centro
RJP	Rede de Judiarias de Portugal
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SSE	<i>School for Social Entrepreneurs</i>
UCCI	União das Cidades Capitais Ibero-Americanas
UCCLA	União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas ou União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
UE	União Europeia
UN	<i>United Nations</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UNIDO	<i>United Nations Industrial Development Organization</i>

UNL	Universidade Nova de Lisboa
UTAD	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
WBCSD	<i>World Business Council for Sustainable Development</i>

Índice Geral

	Página
Introdução	1
Capítulo I – Caracterização da Instituição de Acolhimento	3
1.1 – Motivos de escolha da instituição	3
1.2 – Descrição e características da instituição	4
1.2.1 – Origem e história	4
1.2.2 – Missão e valores	5
1.2.3 – Estrutura e características	5
Capítulo II – Enquadramento e Objectivos do Estágio	8
2.1 – Natureza do estágio	8
2.2 – Objectivos do estágio	8
2.3 – Trabalho e tarefas desenvolvidas	9
Capítulo III – Enquadramento Conceptual do Trabalho de Estágio	12
3.1 – Desigualdades e fraccionamentos	12
3.2 – Desenvolvimento sustentável	15
3.3 – Lusofonia na globalização	20
3.4 – Empreendedorismo	21
3.4.1 – Empreendedorismo social	23
3.4.2 – Inovação social	26
3.4.3 – Empreendedorismo social no espaço lusófono	31
3.4.3.1 – Portugal	31
3.4.3.2 – Brasil	33
3.4.3.3 – Angola	35
Capítulo IV – Modelo de Investigação	38
4.1 – O espaço <i>Hub</i> de inovação social	39

	Página
4.2 – Proposta de intervenção	44
Conclusão	49
Bibliografia	53
Anexos	61
Anexo I – Contactos com diversas entidades e realidades lusófonas	62
Anexo II – Protocolo de Cooperação entre a UCCLA e a FCSH-UNL	64
Anexo III – Conferência Internacional «10 Anos do Fórum de Macau: Desafios e Oportunidades para a Lusofonia», 16 de Dezembro de 2013 .	67
Anexo IV – Conferência «Europa e África, Que Futuro Comum?», 12 de Março de 2014	68
Anexo V – III Encontro «Triângulo Estratégico: América Latina–Europa–África», 7 e 8 de Abril de 2014	69
Anexo VI – II Congresso da Cidadania Lusófona, 16 de Abril de 2014	70
Anexo VII – Acordo de Cooperação UCCLA / UCCI, 7 de Maio de 2014	72
Anexo VIII – XXX Assembleia-Geral da UCCLA, 9 de Maio de 2014	74
Anexo IX – Conferência «Believe», 24 de Maio de 2014	78
Anexo X – Conferência «Internacionalização das Economias», 3 e 4 de Junho de 2014	79
Anexo XI – Fotos ilustrativas do funcionamento do <i>Impact Hub Johannesburg</i> ...	80

Índice de Quadros

	Página
Quadro 1 – Órgãos Sociais da UCCLA 2013-15	6
Quadro 2 – Comparação entre as perspectivas de empreendedorismo social e empresarial.	26
Quadro 3 – Percepções quanto ao empreendedorismo no Brasil	35
Quadro 4 – Preferência por ter negócio próprio	36

Índice de Figuras

	Página
Figura 1 – Intercepção de objectivos do mestrado, da instituição de acolhimento e do estágio	9
Figura 2 – Representação gráfica de uma empresa social, segundo Young: um negócio conduzido por um propósito social ou ambiental	23
Figura 3 – Práticas e instrumentos presentes num negócio empreendedor social	24
Figura 4 – A organização empreendedora social	26
Figura 5 – Desafios e respostas envolvidos na mudança de paradigma	27

Introdução

O estágio curricular que se apresenta e descreve neste relatório, tem por finalidade a conclusão do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, na área de especialização em Globalização e Ambiente. Decorreu na instituição da «União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas» (UCCLA), em Lisboa.

Não obstante o intuito do contacto organizacional e a possibilidade de aplicação e desenvolvimento dos conceitos adquiridos no plano teórico da parte lectiva do nosso mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, este estágio norteou-se, simultaneamente, pelo desafio de proceder à identificação de respostas para os fenómenos dos fraccionamentos multidimensionais a que, crescentemente, se vem assistindo nas cidades capitais luso-afro-américo-asiáticas de língua oficial portuguesa. Acredita-se que tais fenómenos são determinantemente resultantes do inevitável, mas necessário, processo de globalização de que essas cidades são alvo, enquanto locais privilegiados de convergência multi-social, multi-cultural e multi-económica. Porém, através dos correspondentes modelos de desenvolvimento político, cultural, sócio-demográfico, económico e ambiental que são, por si, indutores de desigualdades, e fraccionamentos, nas mesmas índoles. Procedeu-se, para isso, a uma reflexão sobre o desenvolvimento sustentável dos sistemas político-sócio-económicos da actualidade, como forma de promoção da coesão social e, bem assim, como eixo de equilíbrio para aquelas desigualdades.

Mais salientamos o facto de que nos encontramos, ainda, a viver na «Década para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável» decretada pelas UNESCO (2009-2014).

Apontar caminhos sócio-político-económicos de minimização e/ou resolução dos múltiplos fraccionamentos, consistiu no nosso modelo de intervenção proposto, conforme adiante se explicita.

Este relatório inicia-se com um capítulo dedicado à caracterização da instituição acolhedora do nosso estágio, aludindo aos motivos de escolha da mesma e à sua caracterização em matéria de origem, história, objectivos, valores e estrutura, e, por último, aos objectivos propostos para o estágio. Seguidamente, noutro capítulo, refere-se as actividades do trabalho de estágio em que estivemos envolvidos, concretamente, as tarefas decorridas, o enquadramento de revisão conceptual em torno das temáticas que preenchem os propósitos da UCCLA e do nosso estágio, e de alguns modelos de diagnóstico e de intervenção no âmbito da globalização, das desigualdades e dos fracionamentos. Apresenta-

se, ainda, uma reflexão sobre o caminho do equilíbrio pelo eixo do desenvolvimento sustentável e dos pilares político, económico, social, ambiental e cultural. Finalmente, um capítulo exclusivo para o nosso modelo de intervenção proposto. Por último, são apresentados dois blocos da nossa avaliação acerca do estágio decorrido, organizados numa apreciação global do mesmo e em considerações finais contendo sugestões para futuros estágios na mesma instituição e/ou outros trabalhos no mesmo âmbito.

A revisão de literatura adiante apresentada não tem pretensão de exaustividade ou de dissertação temática. Antes, pretende constituir um conjunto de referências práticas de orientação do leitor para os respectivos exemplos e/ou estudos de caso.

O presente relatório encontra-se elaborado segundo as normas da *American Psychological Association* e redigido de acordo com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1945.

Capítulo I – Caracterização da Instituição de Acolhimento

1.1 – Motivos de escolha da instituição

A escolha da UCCLA para a realização do nosso estágio curricular, visando produzir o presente relatório a ser submetido à apreciação da FCSH-UNL, deve-se ao nosso entendimento acerca do desenvolvimento actual e futuro de Portugal dentro do espaço lusófono no mundo globalizado. Com efeito, o tema global da lusofonia constitui, desde sempre, um foco de atenção e interesse plenos para nós, em cujo âmbito pudemos ter, e temos tido, oportunidades sucessivas de contacto com diversas entidades e realidades lusófonas – *vide* Anexo I.

À luz da nossa actividade profissional actual, como economista e investidor, percebemos uma realidade alicerçada em três aspectos fundamentais e interdependentes – globalização, lusofonia e âmbito de actuação da UCCLA. A adaptação às rápidas e constantes mutações nos mais diferentes domínios num mundo globalizado conduzem o ser humano e, concretamente, a figura do empresário, à antecipação dos ventos da mudança para ganhar vantagens competitivas. O espaço lusófono adquire aqui um valor intrínseco, fortalecendo a posição dos países que o integram como um bloco único, com um alargado denominador comum de interesses e num cenário cada vez mais globalizado.

Acresce o conjunto de objectivos educativos definidos para este Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, na área de especialização de Globalização e Ambiente, que se articulam intrinsecamente com os pressupostos que estão na génese da UCCLA – pese embora a particularidade do seu campo de acção circunscrito ao espaço lusófono. Senão, leia-se o que extraímos:

Objectivos educativos:

“1) Adquirir e articular conhecimentos teóricos aprofundados (...) sobre os processos de globalização nas suas múltiplas dimensões; 2) Adquirir e articular conhecimentos teóricos aprofundados (...) sobre o processo de globalização e as desigualdades de ordem ambiental, demográfica, económica, política e cultural (...); 3) Adquirir compreensão e capacidade de análise do fenómeno da globalização e da procura de equilíbrios na óptica de um desenvolvimento sustentável, numa perspectiva interdisciplinar, capacitadoras para a participação em processos de apoio à análise estratégica e à tomada de decisão.” (FCSH-UNL, 2014).

Estatutos da UCCLA, Cap. I, Art. 3º:

“1. A União tem por objetivo principal fomentar o entendimento e a cooperação entre os seus municípios membro, pelo intercâmbio cultural, científico e tecnológico e pela criação de oportunidades económicas, sociais e conviviais, tendo em vista o progresso e o bem-estar dos seus habitantes.” (UCCLA, 2013b, p. 2).

Cremos que o denominador comum entre ambos justifica a investigação e a criação de instrumentos a serem implementados nas cidades do universo lusófono, tal como previsto no âmbito de actividade da UCCLA e, simultaneamente, a base científica a ser apreciada em sede do nosso Mestrado.

O cumprimento do nosso estágio foi possível pelo estabelecimento de protocolo, em 2013, entre aquela instituição e a FCSH para esse fim, no qual foram definidas as acções de colaboração proporcionando o desenvolvimento de projectos de investigação, o intercâmbio de informação, documentação e publicações e o apoio à realização de estágios curriculares.

1.2 – Descrição e caracterização da instituição

1.2.1 – Origem e história

Sob o lema “Gerar uma vontade colectiva” (UCCLA, 2014), o então presidente do município de Lisboa Nuno Kruz Abecasis anunciou, em 1980, a intenção de criar uma instituição que congregasse todas as capitais dos países de língua oficial portuguesa, à semelhança da UCCI. E em 28 de Junho de 1985 nasce a UCCLA, sob a designação de «União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa», como uma associação intermunicipal, sem fins lucrativos e de natureza internacional. Foi assinado o acto de fundação, com as cidades de Bissau, Lisboa, Luanda, Macau, Maputo, Praia, Rio de Janeiro e São Tomé/Água Grande.

Nos 29 anos da sua existência, a UCCLA tem vindo a consolidar os objectivos para que foi criada, através do aprofundamento das relações multilaterais com as cidades capitais e do intercâmbio e cooperação, num conjunto de domínios que contribuem decisivamente para o desenvolvimento e o bem-estar sustentado das suas populações. São quase três décadas de experiência na consolidação dos laços históricos, afectivos e culturais, no seio das cidades lusófonas da Europa, África, América e Ásia. Com naturalidade se pode afirmar que a UCCLA foi a grande precursora da CPLP, pioneira nas parcerias público-privadas. A sigla

«UCCLA» expressa o espírito universal de uma união de bandeiras, de hinos, de diferentes povos, onde a marca da solidariedade é uma só.

1.2.2 – Missão e valores

A UCCLA assume a missão de contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar das populações, fomentando o desenvolvimento económico, cultural e social. Vocacionada para a actuação no domínio intermunicipal internacional, intervém directamente no plano da cooperação para o desenvolvimento económico-financeiro, empresarial, industrial, científico, da cultura lusófona, do ensino, da formação profissional, do saneamento básico e do urbanismo. É constante o apoio que presta às populações peri-urbanas e urbanas mais carenciadas, num registo de cooperação descentralizada.

Esta União afirma a integração de um quadro de valores comum às ONGD (UCCLA, 2013b). Nesse sentido, e tendo por base a Carta das ONGD europeias (PPONGD, 2014), estimamos os seguintes:

- Justiça social, equidade e respeito pelos direitos humanos,
- Participação das populações para as quais trabalham,
- Envolvimento da sociedade civil.

1.2.3 – Estrutura e características

A UCCLA tangibiliza a sua existência através da constituição de três tipos de membros: efectivos (antigas e actuais cidades capitais de língua portuguesa), associados (cidades de língua portuguesa com características relevantes para os objectivos da União, desde que ligadas ao país de um membro efectivo), observadores (comunidades lusófonas e quaisquer cidades que acompanhem a actividade da UCCLA) e apoiantes (quaisquer entidades públicas e privadas).

Na estrutura, é composta por cinco Órgãos Sociais – Assembleia Geral, Comissão Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Consultivo Empresarial e Secretaria-Geral – com as seguintes presenças actuais:

MESA DE ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Maputo (Moçambique / África)

Vice-Presidentes

Luanda (Angola / África)

S. Vicente (Cabo Verde / África)

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Praia (Cabo Verde / África)

Vice-Presidentes

Salvador (Brasil / América do Sul)

Macau (China/Ásia)

Coimbra (Portugal / Europa)

Entrepasto (Conselho Consultivo Empresarial / Portugal)

CONSELHO FISCAL

Presidente

Caixa Geral de Depósitos (Portugal / Europa)

Vogais

Huambo (Angola / África)

Suplentes

Santo António do Príncipe (São Tomé e Príncipe / África)

Guimarães (Portugal / Europa)

SECRETARIA GERAL

Dr. Vítor Ramalho (Portugal / Europa)

Quadro 1 – Órgãos Sociais da UCCLA 2013-15 (UCCLA, 2014).

As suas receitas advêm de: transferências dos municípios e demais autoridades administrativas das cidades-membro por protocolos ou contratos celebrados; jóias e quotas pagas pelos membros; subsídios, heranças e donativos, e respectivos rendimentos; rendimentos de bens, fundos e dinheiros depositados; e quaisquer outras receitas compatíveis.

Conforme acima referido, a União estabelece como principal objectivo para a sua actividade o progresso e o bem-estar das populações dos seus membros, através da cooperação e da partilha cultural, tecnológica, científica, educacional, económica e social entre si. E identifica um conjunto de linhas de actuação na prossecução desse objectivo, tais como:

- (a) Diagnosticar e interpretar as situações e os pontos críticos que caracterizam individualmente cada um dos seus membros e que, assim, afectam a vida e a actividade dos seus membros e suas populações;
- (b) Incentivar o desenvolvimento e o incremento das iniciativas comerciais, industriais e económicas conjuntas;

- (c) Assegurar o desenvolvimento equilibrado das cidades-membro, através dos eixos principais da solidariedade e da cooperação, particularmente pela aposta na geminação e acordos inter-municipais;
- (d) Fomentar a participação democrática das populações nos assuntos de ordem pública;
- (e) Promover eventos que favoreçam o intercâmbio de experiências e conhecimentos nos destacados sectores económico, cultural e social;
- (f) Fomentar a literacia global e a formação profissional dos trabalhadores das respectivas administrações públicas; e
- (g) Promover as relações e trocas entre os membros, particularmente das suas componentes histórico-culturais de origem lusófona.

No «Relatório de Atividades e Contas 2013» (UCCLA, 2013a), os principais pilares em torno dos quais se organizaram as actividades levadas a cabo, são identificados como: institucional, da cooperação, e empresarial e cultural. Além desses, outras duas parcelas para agrupar outros projectos, eventos e acções, e a projecção da UCCLA e respectiva estratégia de comunicação.

Capítulo II – Enquadramento e Objectivos do Estágio

2.1 – Natureza do estágio

Com vista ao término do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, na área de especialização em Globalização e Ambiente conforme já referido, o estágio realizado teve natureza curricular e decorreu no período compreendido entre Outubro de 2013 e Maio de 2014. Decorreu sob a orientação académica da Senhora Prof. Doutora Teresa Rodrigues e sob a orientação institucional, na UCCLA, do Senhor Dr. José Bastos. A sua concretização foi possível pela existência de protocolo estabelecido entre a UCCLA e a FCSH-UNL (Anexo II).

O relatório de estágio agora resultante, permite, entre outras finalidades, aprofundar o conhecimento sobre a UCCLA e analisar a missão para que foi criada, salientando a sua importância como instrumento de consolidação da lusofonia na nova ordem mundial. A importância crescente das cidades no ordenamento territorial das nações será um dos pilares fundamentais nos desenvolvimentos multilaterais, enriquecidos com a criação deste espaço.

Ao mesmo tempo que pretende, ainda, reflectir sobre a interdependência dessa instituição com os conceitos de «lusofonia», «empreendedorismo» e «globalização». Na génese da criação da UCCLA, encontram-se motivos que transcendem simples análises unilaterais, pelo que, qualquer programa a fomentar, sairá mais enriquecido através de uma visão global alicerçada no conceito da lusofonia.

2.2 – Objectivos do estágio

O estágio decorrido teve por objectivo principal o desempenho de actividades de cariz profissional relevantes para a UCCLA, envolvendo a aplicação prática de conhecimentos adquiridos na parte curricular do mestrado, tanto numa perspectiva de aprofundamento e consolidação de alguns, quer noutra perspectiva de desenvolvimento de outros. Procurámos, durante o nosso estágio, desenvolver algumas ideias que possam contribuir para a coesão social, no desenvolvimento equilibrado das cidades do espaço em análise.

Uma perspectiva integradora deste estágio nos objectivos do mestrado e nas características da instituição de acolhimento, é apresentada na Figura 1, numa representação esquemática alusiva ao racional do nosso estágio:

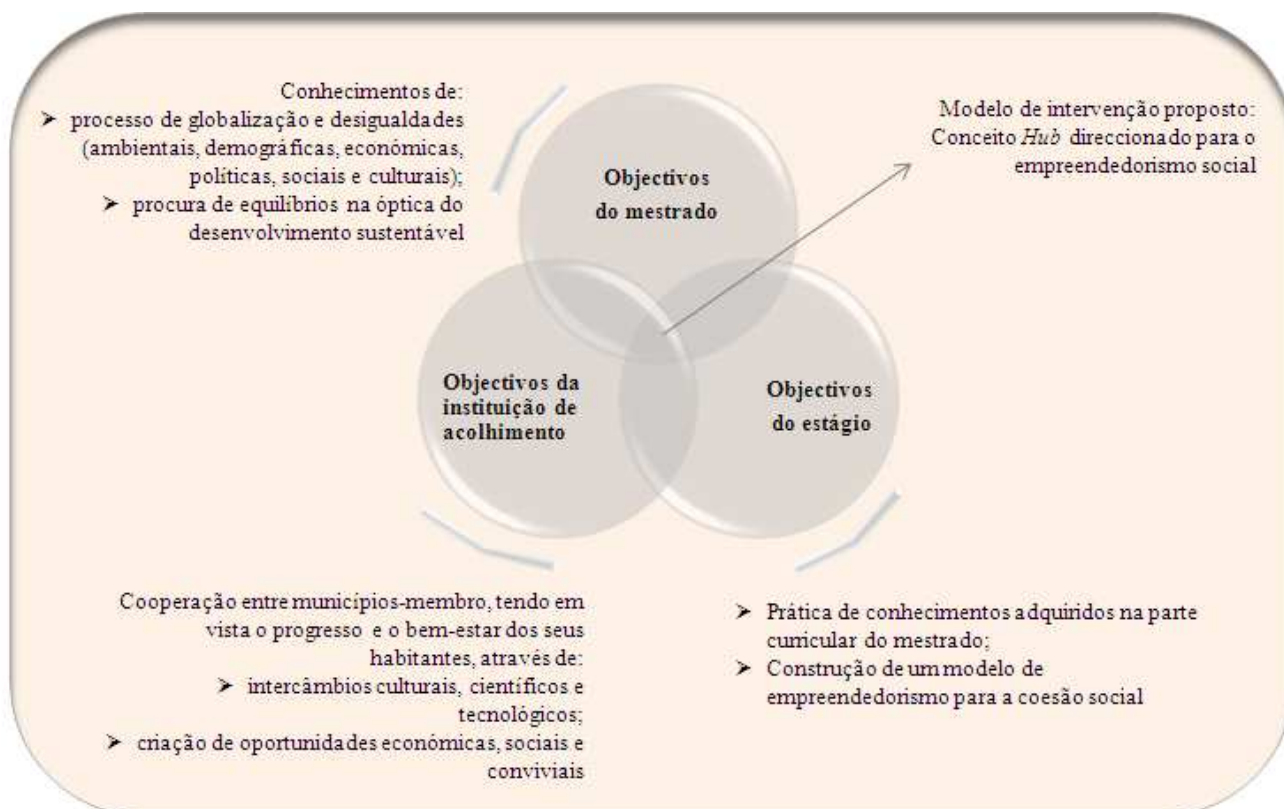


Figura 1 – Intercepção de objectivos do mestrado, da instituição de acolhimento e do estágio.

2.3 – Trabalho e tarefas desenvolvidas

A actividade desenvolvida em sede de trabalho de estágio desenrolou-se ao longo dos eixos de actuação da UCCLA: pilar institucional da União, pilar da cooperação, pilar empresarial e cultural, pequenas acções diversas e comunicação institucional.

Transversalmente a todos esses eixos, estivemos directamente envolvidos no desenvolvimento de múltiplas tarefas de preparação, organização e comunicação de eventos diversos – congressos, conferências e encontros – decorridos durante o nosso estágio. E participámos presencialmente em todos eles. A saber:

- Conferência Internacional «10 Anos do Fórum de Macau: Desafios e Oportunidades para a Lusofonia» – Decorrida em 16 de Dezembro p.p., esta Conferência realizou-se no Auditório da Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa, e contou com a intervenção da UCCLA num painel designado «As Potencialidades das Economias Lusófonas e a China» - Anexo III.

- Conferência «Europa e África, Que Futuro Comum?» – Sob o lema da construção de uma estratégia conjunta Europa-África, esta Conferência realizou-se no dia 12 de Março p.p. na FCG, em Lisboa. Teve como objectivos informar e influenciar a opinião pública e os decisores políticos, por um lado, e contribuir para aprofundar a relação de colaboração entre as Organizações da Sociedade Civil no contexto da relação Europa/África, por outro – Anexo IV.

- III Encontro «Triângulo Estratégico: América Latina-Europa-África» – Este Encontro realizou-se no Hotel Double Tree by Hilton, em Lisboa, nos dias 7 e 8 de Abril p.p., tendo sido promovido pelo IPDAL, pela Caixa Geral de Depósitos e pela Accenture, sob o alto patrocínio do Presidente da República Português. A participação da UCCLA realçou a importância da cultura e da economia nesta relação triangular – Anexo V.

- II Congresso da Cidadania Lusófona – No dia 16 de Abril p.p. teve lugar em Lisboa, na Sociedade de Geografia, a realização do II Congresso da Cidadania Lusófona, dedicado às prioridades na cooperação lusófona. Coordenado pelo MIL e pela *Sphaera Mundi*, o Congresso permitiu reunir e debater opiniões de especialistas e organizações da língua portuguesa. Foi composto de dois painéis: «Lusofonia no Século XXI» e «O Mar como Prioridade Estratégica» – Anexo VI.

- Acordo de Cooperação UCCLA / UCCI – No dia 7 de Maio p.p., o Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lisboa foi o local escolhido para a cerimónia de assinatura do acordo de cooperação entre a UCCLA e a UCCI. O protocolo cumpriu dois objectivos principais: o aprofundamento e reforço das relações entre as cidades de língua oficial portuguesa e as cidades ibero-americanas, associadas das duas instituições; e o fomento da participação mútua em iniciativas promovidas por qualquer uma delas em benefício de ambas – Anexo VII.

- XXX Assembleia-Geral da UCCLA – Decorreu na CMC a 9 de Maio de 2014 p.p.. Pela natureza do evento, destinou-se municípios e empresas membros da União. Presidida pelo presidente da Mesa da Assembleia-Geral, David Simango (e actual presidente do Conselho Municipal de Maputo), esta Assembleia contou, pela primeira vez, com representantes convidados da CE-CPLP, da UCCI e da RJP, entre outros ilustres – Anexo VIII.

- Conferência «Believe» – Decorreu em TagusPark, Oeiras, no dia 24 de Maio p.p., subordinada ao tema «Como ultrapassar as dificuldades e atingir o sucesso empresarial no

atual contexto económico mundial». Dividiu-se em dois painéis distintos, «O que Esperar de Portugal?» e «Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo nos PALOP» – Anexo IX.

- Conferência «Internacionalização das Economias» – Organizada pela AICEP, com o patrocínio institucional da UCCLA, esta Conferência realizou-se no Centro de Congressos de Lisboa nos dias 3 e 4 de Junho p.p.. Teve como objectivo criar um espaço de debate e encontro entre empresas e organizações do Espaço Lusófono, com vista ao reforço das relações económicas entre os Estados-membros da CPLP – Anexo X.

Além desse amplo envolvimento e participação, procedemos, igualmente, ao acompanhamento das acções abaixo descritas, através do desenvolvimento de modelos teórico-práticos de actuação no sentido da sua concretização:

- Acompanhamento da elaboração do «Relatório e Contas 2013», apresentado na última Assembleia-Geral, no que concerne à preparação da comunicação institucional dos eventos em que estivemos directamente envolvidos.

- Acompanhamento da proposta para o evento de homenagem que a UCCLA pretende realizar aos antigos alunos da CEI, agendada para o dia 21 de Outubro p.f..

- Acompanhamento do planeamento do projecto de criação do Gabinete de Cooperação Económica da UCCLA.

Capítulo III – Enquadramento Conceptual do Trabalho de Estágio

No trabalho de estágio que desenvolvemos, e respectivas tarefas e actividades, consideramos pertinente proceder ao enquadramento de alguns conceitos que nos merecem particular destaque. Não obstante o desenvolvimento que, adiante, apresentamos sobre o tema do empreendedorismo e do modelo de intervenção que propomos, não podemos deixar de fazer referência aos fenómenos colaterais das desigualdades e dos fraccionamentos inerentes. São fenómenos de natureza multidimensional – política, económica, social, ambiental e cultural – que decorrem e fazem sentir o seu efeito na inevitabilidade da onda da globalização, aos quais se vem assistindo em crescendo nas cidades capitais luso-afro-américo-asiáticas de língua oficial portuguesa.

3.1 – Desigualdades e fraccionamentos

A história da humanidade sempre esteve alicerçada em conceitos estruturantes. Os conhecimentos da ética, da moral e da política são temas de reflexão, influenciando decisivamente a conduta e a praxis na condução dos povos. Mediante diferentes interpretações dos conceitos, vale a pena analisar entender diferentes percepções, de forma a entender a sociedade actual. Em «Os Diálogos de Platão» assistimos ao filósofo ateniense Sócrates (469-399 a.C.) a inquirir sobre certas condutas e práticas na sociedade onde se inseria, sustentadas em razões que ele punha em causa. Sócrates reflectiu sobre a ética (*ethike*) e o carácter (*ethos*), quais as boas e as más virtudes, quais as condutas correctas e porque determinadas práticas eram valorizadas e outras depreciadas. Na cidade (*polis*), a natureza do poder e da autoridade e o exercício do poder eram temas centrais das suas reflexões. Influenciavam a condução dos negócios públicos, como forma de alcançar o bem-estar.

Aristóteles (384-322 a.C.) centrou parte das suas reflexões na mesma preocupação com a acção humana (*praxis*). Na argumentação aristotélica, a ética esteve sempre subjacente na procura do bem-estar, através do exercício de uma actividade. Aristóteles refutava categoricamente, quer os excessos, quer as faltas da *praxis*, procurando o equilíbrio da mediana. Para ele, a temperança e a excelência do carácter eram alcançadas através da moderação. Na Roma antiga, encontramos em Cícero (106-43 a.C.) as mesmas preocupações com a acção humana e com o carácter do indivíduo. Ética e moral tinham o mesmo significado.

Com Maquiavel (1469-1527), historiador italiano da época do renascimento, reconhecido como fundador da ciência política, inicia-se a separação entre ética (ou moral) e política. Assume-se uma nova perspectiva de abordagem da política, separando a religião e os preceitos morais, pelo reforço de uma praxis de conveniência. Na sua obra mais conhecida, «O Príncipe», Maquiavel assume que os fins justificam os meios, sobressaindo o seu distanciamento em relação à moral. Alcançar e conservar o poder era um fim em si mesmo, expulsando, em definitivo, a moral da política. Maquiavel considera a moral cristã incompatível com a política, tendo em conta que esta moral tem como preocupação central a salvação da alma e não os negócios públicos.

A partir do século XIX, o significado de ética e moral diferenciou-se, passando a moral a ser sinónimo de um conjunto de normas de conduta, partindo de alguns valores religiosos, sociais e éticos. O conceito de ética manteve o sentido original de estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta e aos costumes estabelecidos. Os princípios éticos adequados à prática política passam a ser o tema central das reflexões da época. Max Weber (1864-1920) distingue entre ciência e política, defendendo duas éticas: a da convicção e a da responsabilidade. A acção política orienta-se pela ética da responsabilidade nas suas decisões políticas, atendendo à procura de eficiência no exercício das suas funções. A ética da convicção remete-se para a esfera privada. A sociedade contemporânea assiste a enormes transformações, sendo a globalização o símbolo máximo das mudanças à escala planetária. A questão central quanto ao conceito de ética permanece a seguinte: como devo agir perante os outros? Ao pensarmos nos outros, os conceitos de ética, moral, política, são permanentemente reinventados, em função das necessidades mais prementes dos povos e dos novos paradigmas de desenvolvimento.

Hoje em dia, a agenda política preocupa-se, prioritariamente, com o conceito de ética e sua ligação aos negócios, à estrutura familiar e à ciência, entre outros. As complexas e rápidas alterações destas sociedades, fruto das guerras e da implementação de interesses das grandes potências, trazem inevitáveis fraccionamentos sociais, aos quais os agentes políticos têm que dar resposta. As sociedades tentam reorganizar-se de forma a solucionar os problemas que resultam dos modelos de desenvolvimento vigentes. Redimensionar e redefinir o papel dos Estados, responsabilizando os agentes políticos pela gestão dos dinheiros públicos, será fundamental para a recuperação da credibilidade dos cidadãos. Da mesma forma que se informatizam os serviços de finanças para captação de mais receitas, deverão os Estados prestar contas, *just in time*, sobre as execuções orçamentais. Dessa forma, os cidadãos

permanecerão informados sobre onde são gastos os dinheiros dos impostos, processo já existente na Europa desenvolvida. Assim como dever-se-á vincular os políticos às promessas das campanhas eleitorais, impedindo de se recandidatarem se não tiverem executado, pelo menos, 60% dos programas apresentados aos eleitores. Reduzir os Estados às suas funções essenciais – segurança, defesa, saúde, educação e apoio aos mais carenciados – libertará meios para o sector privado, aumentando as riquezas nacionais. Por outro lado, as empresas visam criar valor para os accionistas, agindo com responsabilidade. A grande maioria das empresas beneficia a sociedade pelo simples facto de criar negócios, indo, assim, de encontro à necessidade de criar bens e serviços para os clientes. As empresas criam postos de trabalho. Pagam salários. Dão aos funcionários, e suas famílias, planos de saúde e pensões. Inovam para criarem produtos que contribuam para o progresso humano. Pagam impostos que são fonte de recursos para os serviços públicos e infra-estruturas. Criam trabalho para milhões de fornecedores, muitos deles de pequenas e médias empresas. A busca por vantagens competitivas em que incorrem leva à eficiência e, conseqüentemente, à redução do consumo de recursos, a menos poluição e a produtos de maior qualidade.

Com efeito, já desde os anos 70, que uma sucessão de vários acontecimentos vem contribuindo para o despertar dos agentes internacionais para a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento. Desde logo, dicionários como o Webster, o Oxford English ou o Larousse francês aceitam o termo «global» com naturalidade. O dicionário de Oxford refere-se mesmo à emblemática expressão de «aldeia global», da autoria de Marshall McLuhan. E se globalização e regionalização parecem constituir processos opostos, eles não são necessariamente antagónicos, sobretudo, quando, no aspecto económico, a regionalização permite aumentar a concorrência.

Como resultado da resposta dada aos sinais da sociedade, muitas empresas estão hoje activas em áreas frequentemente consideradas do domínio dos governos e fornecendo bens essenciais, tais como: saúde, educação e pensões. Ao mesmo tempo que defendem um enquadramento que lide com alterações climáticas. Ou considerando soluções para a pobreza, através de estratégias corporativas.

Citando J. Santos Oliveira, a propósito do que escreveu acerca dos temas de glocalização, ambiente e desenvolvimento sustentado, “Há só uma terra (...) Mas quantos mundos aí se podem encontrar? Tantos quantos a vida de cada Homem, de cada família, de

cada país ou de cada império, podem, puderam e, por algum tempo mais poderão criar.” (1999, p. 78).

3.2 – Desenvolvimento sustentável

O objectivo de qualquer organização que procura ser sustentável é mais do que gerar valor para os accionistas a curto prazo. Pelo simples facto de se adicionar as palavras “a longo prazo” ao valor para os accionistas, abrangemos tudo o que é necessário para a sobrevivência e o sucesso das organizações. Isto inclui o ganho de credibilidade entre as comunidades e a manutenção de um ambiente social e economicamente saudável no seio do respectivo sector de actividade.

Cremos que as questões-chave que permanecem alvo das maiores preocupações de instituições e organizações a nível mundial constituem, também, as maiores oportunidades de desenvolvimento sustentável, através do negócio pelo eixo da Economia Social. Tais questões estão concentradas no quadro dos oito «Objectivos de Desenvolvimento do Milénio» (UN, 2013) subscritos na Declaração do Milénio, produzida na «Cimeira do Milénio» das NU em Setembro de 2000. Esses objectivos têm um prazo de concretização até 2015, e são, resumidamente, os seguintes:

1) Reduzir para metade a pobreza extrema e a fome – Em 6,5 mil milhões de habitantes neste planeta, 1,2 mil milhões sobrevivem em condições de extrema pobreza, com menos de 1 dólar por dia. Destes, 70% são mulheres. 6,3 milhões de crianças morrem de fome por ano e há 842 milhões de pessoas sub-nutridas.

2) Alcançar o ensino primário universal – Cerca de 115 milhões de crianças no mundo não vão à escola. Destas, três quintos são meninas. 876 milhões de pessoas são iletradas, dois terços das quais são mulheres.

3) Promover a igualdade entre os sexos – Dois terços dos analfabetos no mundo são mulheres e 80% dos refugiados são mulheres e crianças. Em muitos países, as mulheres não têm direito à herança do marido, ficando desamparadas quando ele morre, não têm direito de voto nem de se associar nem de escolher o marido. Em muitos países as mulheres não têm direito a aprender a ler nem a ser remuneradas pelo seu trabalho e noutros, quando trabalham, ganham em média menos do que os homens.

4) Reduzir em dois terços a mortalidade infantil – Para além dos 6,3 milhões de crianças que morrem de fome anualmente, mais 13 milhões morrem antes de atingirem os cinco anos por causas evitáveis, como a diarreia.

5) Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna – Mais de 500000 mulheres morrem, por ano, durante a gravidez ou o parto, e 99% destas mortes ocorrem em países em vias de desenvolvimento.

6) Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças graves – 1 milhão de pessoas morre por ano de malária e mais 2 milhões de pessoas morrem de tuberculose. Estima-se que entre 34 a 46 milhões de pessoas vivem com SIDA/HIV e entre 2,5 e 3,5 milhões de pessoas morreram de SIDA em 2003.

7) Garantir a sustentabilidade ambiental – 2 mil milhões de pessoas no mundo não têm acesso a fontes de energia regulares. 1000 milhões não têm acesso a água potável e 2,4 mil milhões não podem contar com a melhoria do seu sistema sanitário.

8) Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento – 15% da população mundial vive nos países ricos, embora sejam responsáveis por 50% das emissões de carbono no mundo, e 20% consome 80% dos recursos do planeta. Nos próximos 25 anos, a população mundial vai aumentar de 6 para 8 mil milhões de habitantes, mas a maioria vai nascer nos países mais pobres. Muitos países pobres gastam mais com os juros da dívida externa, do que com a resolução dos seus problemas sociais.

No combate aos possíveis obstáculos no caminho desse Desenvolvimento, identificamos alguns caminhos de actuação, que passam por (WBCSD, 2006):

(a) No combate à pobreza, existem grandes desafios para a criação de negócios nos países pobres, mas que, muitas vezes, sofrem de enquadramentos inadequados nos sistemas legais, de regulação e de propriedade intelectual. As infra-estruturas e serviços são frequentemente muito limitados ou inexistentes, como redes de comunicações, energia, água e saneamento subdesenvolvidos. É difícil operar nestas condições, mas sem este motor para o desenvolvimento, é improvável que surjam outras condições de trabalho, infra-estruturas e serviços necessários. O desafio consiste em perceber a causa e a natureza da pobreza, e proceder à identificação de caminhos para a criação de negócios empreendedores efectivos em comunidades de baixo rendimento. Alguns exemplos de produtos específicos, incluem

telemóveis de baixo custo criados pela Motorola e o programa da Delta Cafés de formação a agricultores para ressuscitar a indústria do café em Timor Leste (este programa atingiu o estatuto de comércio justo entre os consumidores socialmente responsáveis em Portugal). Incluem, ainda, pequenos empréstimos – microcréditos – para transformar as perspectivas das populações social e economicamente desfavorecidas. No Brasil, a ABN Amro criou uma unidade micro-financeira com sede em Helianópolis, uma das favelas mais povoadas de São Paulo, com empréstimos entre os 70 e os 3350 dólares e beneficiando cerca de 1000 micro-empresários; assim como o GrupoNueva criou um cartão de crédito para que proprietários de baixos rendimentos pudessem utilizar na instalação de materiais de construção e obras nas suas casas. Algumas empresas trabalham com governos e ONG para a construção de infra-estruturas, tais como sistemas de energia solar; a energia solar fornecida por empresas tais como a BP, a Shell e a Total beneficiam muitos países, incluindo Angola e Brasil.

(b) O ambiente e os recursos mundiais sofreram alterações significativas anos últimos 50 anos, com mais intensidade do que em qualquer outra altura, ao encontro das exigências cada vez maiores de alimentos, combustível, água, madeira e fibras. A utilização de recursos naturais fez avançar a humanidade, mas com custos ambientais elevados. O Programa das NU para o Desenvolvimento estimou que se a população do mundo inteiro tivesse um estilo de vida similar ao praticado nos dias de hoje pelos países industrializados, requeria recursos de 5,5 planetas Terra! O relatório de 2005 do MEA revela uma deterioração dramática dos ecossistemas: dois terços estão a ser degradados ou utilizados de forma insustentável, e descreve o aquecimento global como a alteração com maior potencial para alterar as infra-estruturas naturais da Terra; aponta como imperativa a provisão de recursos (combustíveis e alimentos), de processos (regulação do clima) e de valores estéticos e recreativos da natureza. A Shell e a BP utilizaram mecanismos internos para o comércio de emissões, que os posicionaram à frente de iniciativas obrigatórias da EU. Onde tais mecanismos são mais difíceis de implementar, foi criada uma iniciativa sob o Protocolo de Quioto, o mecanismo de desenvolvimento limpo, permitindo aos Estados ganhar créditos para projectos de redução de emissões de GEE levados a cabo noutros países; esse mecanismo pode estimular transferências de recursos e tecnologias entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento.

(c) Na população, é esperado que, em 2050, o planeta tenha mais de 9 mil milhões de habitantes, dos quais 8 mil milhões prevê-se que vivam em países em desenvolvimento. Haverá uma alteração na distribuição das populações, à medida que a população aumenta nos

países em desenvolvimento, a população dos países desenvolvidos envelhecerá. Em diversos países, incluindo o Japão, Itália e Singapura, a idade média aumentará acima dos 50 anos em 2050. Estas alterações demográficas criam uma cadeia de desafios. Ao contrário da pobreza e do ambiente, a demografia é uma área onde as organizações têm pouca influência na modelação das tendências, por isso, é encarado o desafio de tornar alterações inexoráveis em oportunidades. Algumas organizações fornecem serviços básicos, tais como saúde e educação, que são requisitos para um negócio ambiental próspero em locais onde as populações crescem rapidamente; isto aumenta o número de trabalhadores aptos e fortalece o mercado para a economia. Algumas organizações e governos procuram manter as pessoas mais velhas no activo: na Finlândia, por exemplo, os trabalhadores recebem um aumento de 4,5% nas suas pensões por cada ano que permaneçam no activo, entre os 63 e os 68 anos. Muitas organizações empenham-se no combate aos impactos do VIH/SIDA desenvolvendo programas de consciencialização e promovendo aconselhamento médico entre os colaboradores e as comunidades.

(d) A educação é um factor crítico nas populações em crescimento, porque permite-lhes tornarem-se mais facilmente empregáveis. No Brasil, a Companhia Siderúrgica de Tubarão desenvolveu programas de educação para colaboradores e suas famílias; a Companhia Vale do Rio Doce optou por criar e disponibilizar programas televisivos educacionais. As organizações podem ir ao encontro das necessidades dos seus colaboradores, através da formação de populações locais em crescimento, para preencher vagas que, de outro modo, seriam ocupadas por trabalhadores expatriados ou pessoas de outras regiões. Na fundição da Alcoa, em São Luís, Brasil, onde existiam poucos trabalhadores com formação por falta de tradição industrial na zona, são hoje provenientes das populações locais cerca de 98% dos 3500 colaboradores.

(e) A globalização constitui o processo pelo qual o mundo se tornou mais interdependente e interligado. Envolve o aumento do volume de negócios, o complexo crescimento das relações comerciais, o aumento das movimentações de pessoas, bens e capital em todo o mundo e o crescimento das comunicações digitais, que possibilita às pessoas saber o que se passa no outro lado do planeta em segundos. Além do sentido negativo atribuído por muitos que se dedicam a estudar os seus efeitos, a globalização pode ser vista numa perspectiva positiva, visto que o comércio aumentou cerca de 15 vezes desde 1950, o rendimento *per capita* quase triplicou, a esperança média de vida aumentou cerca de 20 anos, a mortalidade infantil diminuiu cerca de dois terços e milhões saíram da pobreza. As

economias emergentes, que permitiram a valorização da cadeia de fornecimento mundial, também beneficiaram deste processo. A globalização põe as grandes empresas em contacto com as pequenas comunidades locais, podendo enfatizar desigualdades, pôr em causa modos de vida tradicionais ou facilitar a corrupção. Porém, torna-se numa vantagem para as comunidades pobres, integrando-as em cadeias de abastecimento mundiais. Por exemplo, assentos para veículos e encostos de cabeça produzidos pela DaimlerChrysler utilizam fibras de coco produzidas por agricultores na região da Amazônia, Brasil; os benefícios atingidos contam com um corte de cerca de 5% em custos de produção e com o aumento na média de rendimentos familiares entre os 36 e os 300 dólares por mês. As multinacionais são motores da globalização, investem para competir a nível mundial, desenvolvem produtos globais, serviços, estruturas e marcas, e produzem em países com economias e culturas bastante diferentes; por exemplo, a TNT, cuja especialidade é a logística e transporte mundial, formou uma parceria com o programa das NU para a Alimentação. Muitas organizações deslocalizam as suas actividades para zonas onde os custos laborais são mais competitivos, transferindo-as para a Ásia ou a América Latina. Mas o desafio reside em empreender tais mudanças, para que criem valor e novos postos de trabalho e mitiguem potenciais impactes negativos; passa por envolver investimentos em comunidades e garantir que mantenham filiais quando a empresa mãe deixa de operar naquele local: na Escócia, a Alcan preparou o desmantelamento de uma fundição com 91 anos de existência 6 anos antes de a fechar, doando as terras aos habitantes locais e ajudando a criar postos de trabalho alternativos; na Noruega, a Norsk Hydro encerrou a produção de magnésio primário no maior parque industrial do país, trabalhando com o governo para atrair outras actividades, tais como a produção de painéis solares, utilizando o local e recrutando trabalhadores desempregados.

A implementação da sustentabilidade nos negócios pelo eixo da economia social, como processo de natureza holística que é, requer planeamentos e análises de viabilidade que incluam medidas a longo prazo, nas quais os factores sociais e ambientais desempenham um papel importante. As suas organizações ainda precisam de explicar ao mundo porque é que as suas medidas de controlo e gestão são válidas como indicadores para a criação de valor sustentável. E isso só pode ser conduzido por líderes com fortes convicções de que, a longo prazo, o lucro sustentável é a medida-chave do sucesso e que esse lucro vem através da criação dos produtos e serviços certos, para os clientes certos, ao longo do tempo. Ao alterarem as perspectivas para o longo prazo, os empresários têm de estar confiantes de que os

mercados e os investidores os consigam entender. Os sinais são encorajadores: um inquérito feito pela Nercer, que abrangeu 195 investidores responsáveis por mais de 30 triliões de dólares de investimentos, mostrou que três quartos acreditavam que a integração de indicadores sociais e ambientais das empresas se tornarão um componente comum de investimentos nos próximos 10 anos. Existem já grandes investidores, tais como a Goldman Sachs, a JPMorgan Chase e a Merrill Lynch, que utilizam ferramentas de avaliação da sustentabilidade nos seus cálculos; a Goldman Sachs foi mais à frente, assumindo um compromisso de investimento de mil milhões de dólares em energias renováveis e em projectos de eficiência energética, estando também a investir cinco milhões de dólares na criação de um centro dedicado ao estudo de como é que sistemas de mercado livre podem resolver problemas ambientais. Grandes progressos têm sido feitos durante a última década em organizações que cada vez mais reportam e são transparentes, que abraçam as questões ambientais, sociais e de trabalho, analogamente às actividades operacionais e financeiras da economia capitalista.

3.3 – Lusofonia na globalização

A lusofonia corresponde ao conjunto de identidades culturais existentes em países, regiões, estados ou cidades falantes da língua portuguesa – como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste – e por diversas pessoas e comunidades em todo o mundo. Agostinho da Silva é dos mais paradoxais pensadores portugueses do século XX. O tema mais candente da sua obra foi a cultura de língua portuguesa, num fraternal abraço ao Brasil e aos países lusófonos. Deu contribuição destacada às ideias matriciais da Lusofonia, em toda a sua amplitude e complexidade. Ajudou a dar unidade ao mundo da lusofonia, dando a cada povo o seu valor, sem discriminações.

Hoje, a lusofonia é sinónimo de diálogo multilateral aprofundado com países por todo o mundo, tendo como objectivo a compreensão das dinâmicas que animam cada estado no seu desenvolvimento internacional. Para países mais pequenos, com menores ambição e capacidade de influência no sistema internacional, a lusofonia pode constituir uma vantagem competitiva, pelos seus benefícios multilaterais e pela atribuição de uma organização coerente, onde a língua é um factor de coesão.

Como refere Lemos Martins, Cabecinhas e Sousa (2007), para salientar que a cultura e o progresso são filhos da mistura, “aquilo que motiva a lusofonia como coisa sua é a sua

globalização multiculturalista, dentro de áreas culturais específicas, uma globalização paradoxalmente regionalista, que se alimenta de um imaginário de territórios, memórias e paisagens vivos e concretos.”. Já Venâncio (1996), por sua vez, defende que a lusofonia “não pode passar por um posicionamento estratégico, em termos militares e económicos, a exemplo da *Commonwealth* ou da francofonia, mas sim pela afirmação do que, para mais ou para menos, une todos os falantes de português: a proximidade antropológica e a partilha de um sentido estético idêntico” (p. 155).

Os falantes da língua portuguesa, representados pelos seus governos, não tinham estabelecido nenhum acordo sobre os limites a ponderar nos direitos que possuem de serem donos da língua que falam e escrevem, o que lhes confere o direito de introduzirem autonomamente normas restritas ao seu território nacional. No entanto, os mesmos falantes orgulham-se por saber que a língua portuguesa é, hoje, a terceira língua mais falada no ocidente, depois do inglês e do castelhano, e a sexta no mundo como língua materna, depois do mandarim, do hindi, do inglês, do castelhano e do bengali.

O processo de globalização, por sua vez, favorece o aprofundamento da integração económica, social, cultural e política das sociedades e das comunidades. Diz respeito à forma como os países interagem e aproximam pessoas, interligando o mundo e levando em consideração aspectos económicos, sociais, culturais e políticos. É um fenómeno gerado pela necessidade da dinâmica do capitalismo de formar uma aldeia global, que permita maiores mercados para os países centrais, ditos desenvolvidos, pela saturação dos seus mercados internos. A globalização vai abarcando lentamente todos os domínios: comercial, económico, financeiro, tecnológico, científico, educacional, cultural. Países com afinidades regionais, culturais e interesses comuns sentam-se à mesma mesa e subscrevem acordos.

3.4 – Empreendedorismo

Por «empreendedorismo» entende-se a iniciativa de empreender; i.e., de alguém se dedicar espontaneamente a actividades geradoras de valor acrescentado para a criação de riqueza económico-financeira, através da organização, administração e execução para a transformação dos conhecimentos e bens em novos produtos ou serviços. O empreendedor revela capacidade para gerar um método inovador, indutor de sucesso profissional. É uma pessoa criativa e apta a aceitar riscos, auto-confiante e persistente. Uma força impulsionadora

da nova economia, com capacidade de inovar e assumir riscos, com o objectivo de alcançar sucesso num ambiente global de negócios, muito competitivo e em constante mutação.

A definição tradicional da OCDE (Ahmad & Hoffman, 2007) compreende três componentes inter-associadas: a) os empreendedores, que desenvolvem uma actividade económica geradora de valor pela exploração de novos produtos, processos e mercados; b) a actividade empreendedora, que concretiza e orienta a criação de valor e a expansão dos negócios; e c) o empreendedorismo, decorrente do perfil empreendedor e da actividade empreendedora propriamente dita. Enfocada no negócio puramente económico, a Organização dá atenção a várias áreas de intervenção, como pode ler-se:

“Entrepreneurship is after all a phenomenon that manifests itself throughout the economy in many different forms with many different outcomes, and these outcomes are not always related to the creation of financial wealth, for example they may be related to increasing employment, tackling inequalities, or indeed, increasingly, environmental issues.”
(Ahmad & Hoffman, 2007, p. 4).

Da actividade faz parte um programa avaliativo designado por «Programa de Indicadores de Empreendedorismo» (OECD, 2009), dividido em quatro secções – «Indicadores Estruturais sobre a População da Empresa», «Desempenho Empreendedor», «Indicadores Temporais do Empreendedorismo» e «Determinantes Empreendedores».

O empreendedorismo surge como uma solução de eficiência e eficácia imediatas, que já vai sendo o centro das políticas públicas em países com maior índice de crescimento e desenvolvimento económico, como França, Alemanha, Reino Unido, Finlândia, Israel e Estados Unidos da América, que criaram programas específicos promovendo o empreendedorismo como fonte de geração de emprego e incentivando a criação de novas empresas. Do mesmo modo, é fundamental que chegue aos países lusófonos, porque só a energia criadora dos empreendedores renova os conceitos económicos e elimina barreiras comerciais e culturais e quebra paradigmas, incrementando riqueza para a sociedade. Nos conceitos da economia moderna, o empreendedorismo é considerado um factor de produção tão importante como o capital, o trabalho e os recursos naturais. Numa economia globalizada, representa a principal revolução que permite alterar mentalidades e atitudes, perante o emprego os meios disponíveis na criação de riqueza. A maior força motivadora do empreendedor é a necessidade de realização, de se superar e de se diferenciar dos demais, tornando-se visível no estabelecimento de uma actividade económica própria (Dees, 1998).

3.4.1 – Empreendedorismo social

O empreendedorismo social abarca projectos que ajudam a resolver alguns dos problemas sociais mais pressionadores e complexos que as sociedades enfrentam: doenças mentais, VIH/SIDA, desemprego, iliteracia, crime e drogas. São projectos que se revelam mais eficientes do que o *welfare state*, porque são menos burocráticos, mais flexíveis e geradores de maior compromisso nas pessoas empreendedoras (Leadbeater, 2001).

Pertence a Michael Young a iniciativa fundadora da *School for Social Entrepreneurs*, em 1997 no Reino Unido. Já anteriormente, em 1953, Young, havia fundado o *Institute for Community Studies* (SSE, 2014), tendo, desde logo, sido apontado pelo seu papel central na promoção e legitimação do campo do empreendedorismo social. É considerado o maior empreendedor social do século XX. A figura seguinte retrata bem o seu entendimento de «empreendedorismo social»:

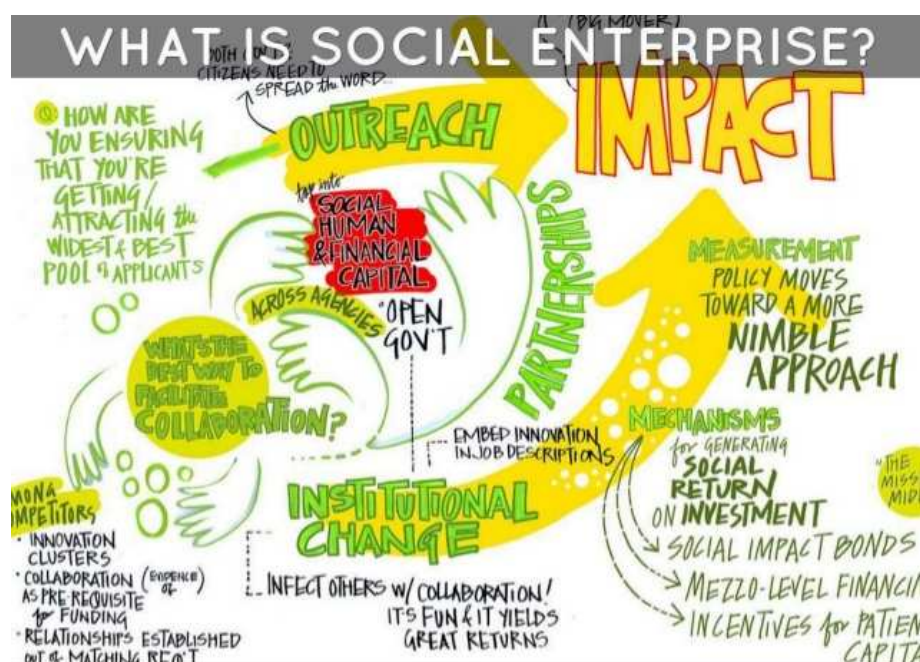


Figura 2 – Representação gráfica de uma empresa social, segundo Young: um negócio conduzido por um propósito social ou ambiental (SSE, 2014).

O foco da OCDE exclui, deliberadamente, a vertente social, dada a sua missão centrada no negócio económico e no empreendedorismo económico. Todavia, o empreendedorismo marca presença necessária nas iniciativas da economia social, no âmbito

do desenvolvimento sustentável, na medida em que os requisitos fundamentais dos seus actores passam por soluções criativas aplicadas ao domínio social, ou, como sói dizer-se, soluções *out of the box*. Fazer mais com menos! A Figura 3 ilustra as práticas e os instrumentos de apoio presentes num negócio empreendedor social.



Figura 3 – Práticas e instrumentos presentes num negócio empreendedor social (AM&A, 2011, p. 12).

Em Portugal, onde o modelo económico se encontra fortemente condicionado pelo Estado e a despesa pública representa metade do PIB, urge quebrá-lo, de forma a libertar e dar voz à genialidade criadora das sociedades empreendedoras. Surge como imperativo revitalizar e incentivar a iniciativa privada, como a melhor forma de regressar ao crescimento e desenvolvimento económico, no sentido de ultrapassar o actual estado de falência. A insustentabilidade do actual sistema económico, provocada por décadas de consumo superior à produção efectiva, e o conjunto das políticas distributivas baseadas no *welfare state* dos países ricos europeus, conduziu Portugal ao desequilíbrio das contas públicas, só comparáveis às verificadas no século XIX.

Existem, contudo, entraves ao desenvolvimento do empreendedorismo, tais como: educação, normas socioculturais, políticas governamentais e apoio financeiro. O conjunto destes factores pode conduzir ao medo de fracassar. Muitas vezes, no fundo da mente dos

empresários está aquilo que pode correr mal, a perda das poupanças, talvez a perda de qualidade de vida, algum dano na reputação. E tudo isto preocupa os empreendedores. No entanto, um bom empreendedor usa o medo de forma construtiva. O medo pode mantê-lo motivado para superar a normalidade, ultrapassando o limite de horas de trabalho com o objectivo único de realizar a sua visão.

Um estudo recente de uma universidade portuguesa deu a conhecer que 85% dos jovens recém-licenciados portugueses procuram como primeiro emprego um cargo estatal, o que demonstra a necessidade imperiosa de mudança de mentalidades. No ensino universitário francês promove-se o empreendedorismo, começando a ser criadas incubadoras com sede nas próprias universidades, sendo criada uma fundação de ensino do empreendedorismo. Nos EUA, a maior economia mundial, são lançadas as bases de um novo programa para empreendedores, começando a obter resultados encorajadores na diminuição do desemprego, com crescimento económico, apontando o empreendedorismo como a solução para alcançar a prosperidade. A assunção de riscos inerentes ao empreendedorismo deverá ter associada a compensação do retorno incentivador de mais empreendedorismo.

Os paradigmas de negócio desenvolvidos tradicionalmente baseiam-se na lógica do valor acrescentado, surgem inadequados perante a nova realidade social e intensamente influenciados pelo empreendedorismo empresarial. A transição avizinha-se para um tipo de empreendedorismo social, cuja distinção se clarifica no quadro abaixo:

Empreendedorismo Social e Empresarial	
Empreendedorismo Social	Empreendedorismo Empresarial
Âmbito colectivo	Âmbito individual
Induzido por necessidade	Induzido por oportunidade
Produção destinada à sociedade	Produção destinada à lógica de mercado
Recursos tradicionais	Recursos tecnológicos e inovação
Empresa <i>Start-Up</i>	Empresa corporativa
Centrado nos problemas sociais	Centrado no mercado
Procura de impacto social	Procura de lucro
Inclusão social	Expansão do negócio

Quadro 2 – Comparação entre as perspectivas de empreendedorismo social e empresarial (Oliveira, 2004; AM&A, 2011).

Deparamo-nos com a emergência de um novo paradigma, pautado pela intervenção social, girando em torno do combate à exclusão social. O empreendedorismo social aposta numa acção inovadora, direccionada para a acção social, cujo processo tem início na identificação dos problemas sociais. Esta figura retrata a organização-tipo do empreendedor social:

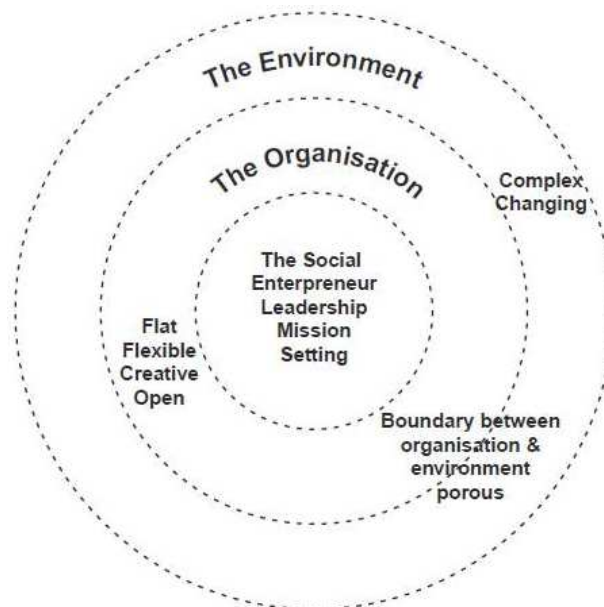


Figura 4 – A organização empreendedora social (Leadbeater, 2001, p. 65).

3.4.2 – Inovação social

As sociedades têm, inevitavelmente, que quebrar muitos dos paradigmas que têm comandado as respectivas comunidades. As clivagens sociais, o aprofundar do fosso entre ricos e pobres, o surgimento de novos focos de pobreza, a marginalização, levam a que o poder político tenha que repensar a estruturação socio-económica vigente. O ambiente de explosão social que se vive actualmente nas grandes cidades do espaço Lusófono, fruto de guerras civis duradouras (África e Ásia) ou do surgimento de uma classe média (Brasil), levou a que os governos criassem gabinetes de crise para solucionar previsíveis revoltas das massas. A destruição de valor, provocada por má governação, corrupção, falta de experiência organizacional ou discursos demagógicos eleitoralistas, levou ao panorama negro que hoje se pretende corrigir. Jovens e idosos compõem os segmentos populacionais mais afectados, potenciando o aparecimento de réplicas das revoltas sociais. O desemprego juvenil que, actualmente, se situa nos 20% em Portugal, é o espelho das políticas erradas implementadas na última década. E isto, por si só, facilitará um período de grande conflitualidade social.

Na Figura 5 classificam-se os principais factores envolvidos nessa mudança de paradigma, entre as ameaças constituídas como desafios e os agentes de resposta disponíveis na sociedade, tendo como eixo central a sustentabilidade:

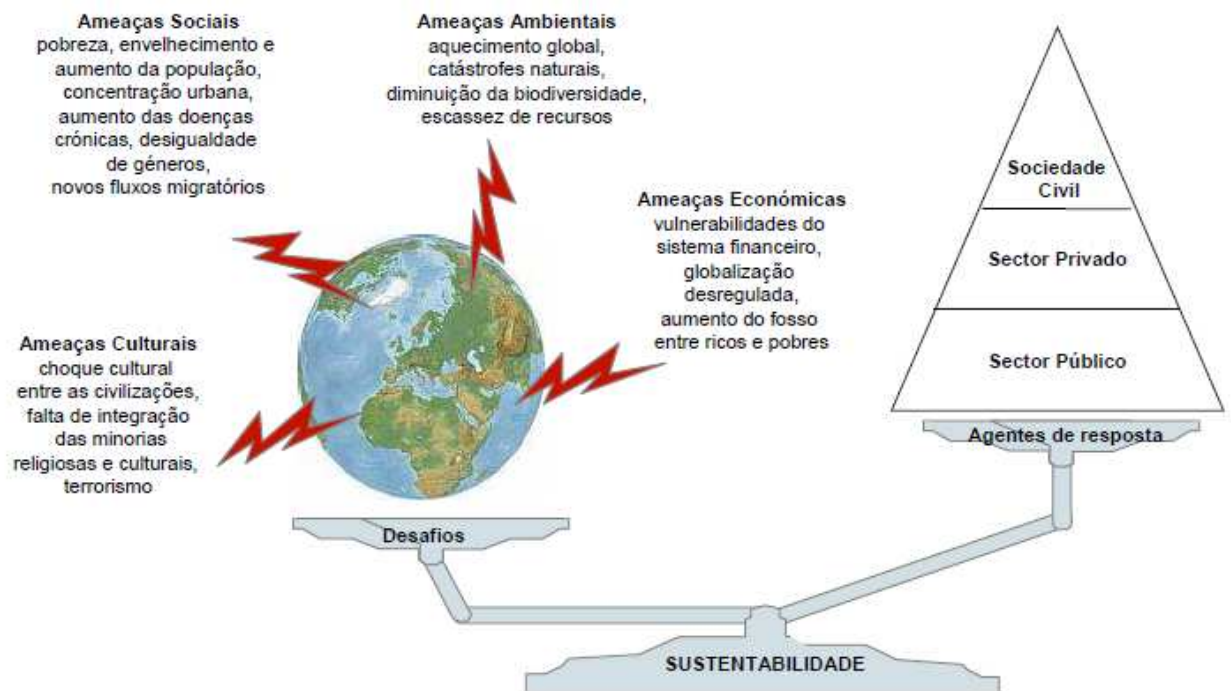


Figura 5 – Desafios e respostas envolvidos na mudança de paradigma (Meneses, 2010, p. 5).

Desde a Revolução Agrícola do Neolítico (cerca de 8000 a.C.) e a primeira tentativa de responder às necessidades sociais de modo sistemático tirando o maior proveito dos recursos disponíveis, com a invenção do Estado e a justiça em prol da defesa do bem-estar dos indivíduos, até às Revoluções Francesa e Industrial do século XVIII e à criação do Estado-Providência baseado nos ideais da cidadania e dos direitos inalienáveis, o Estado vinha assegurando o capital social, a coesão, os serviços sociais e a maioria dos mecanismos de bem-estar das comunidades. E é já na década de 80 do século XX que se configura a primeira grande mudança de entendimento do Estado, com o seu recuo e o avanço da sociedade civil com soluções inovadoras e socialmente eficazes. É quando despontam os empreendedores e a importância doravante indispensável da intervenção dos empreendedores sociais através da inovação social.

Repensar, reestruturar e, sobretudo, inventar novos modelos, será fundamental para ultrapassar o ímpeto da crise dantesca que paira sobre o mundo. A palavra de ordem será «inovação» e, concretamente, a «inovação social». Halpern (2005) defende que pequenos aumentos em eficiência na economia da atenção resultam num enorme impacto no bem-estar. Um dos maiores desafios das sociedades é criar formas que levem a pessoas a apoiarem-se mutuamente, a começar no âmbito do círculo de confiança onde se movem. Um método importante, consiste em estimular o uso das redes sociais, com o objectivo de aumentar a ajuda mútua. Muitas vezes, o apoio é obtido através da *internet*, em redes de pessoas que nunca se conheceram pessoalmente.

O trabalho de investigação desenvolvido por Bambina (2007), sobre uma rede *online* de apoio mútuo para doentes com cancro, constata que um número crescente de pessoas, está a usar a internet para apoio social, como é o caso de diagnóstico de uma doença. Sítios de redes sociais, blogs, fóruns *online*, podem proporcionar benefícios, impossíveis de alcançar, de forma tradicional, em função das limitações dos recursos materiais. Não só o apoio informativo, mas sobretudo o apoio emocional e companheirismo entre estranhos. O que uma rede permite é que as pessoas contactem entre si sem intermediários e sem limites geográficos, mas com base em comunidades de interesses. A teleassistência, disponibilizada através das tecnologias de informação, será uma solução na resolução da prestação dos melhores cuidados aos idosos. Esta necessidade social traz com ela uma enorme oportunidade de negócio, numa interligação entre os sectores público e privado. Alguns municípios já disponibilizam este tipo de serviço, apoiados em programas académicos.

Uma estrutura sócio-política que não assiste condignamente os seus idosos, por exemplo, coarcta os legítimos anseios da classe jovem a um emprego condigno. Tal estrutura não encontrará soluções para o surgimento de um crescimento económico sustentado e terá como corolário, uma des-coesão social e inevitáveis convulsões sociais. Terá a elite política discernimento para propor novos modelos, de forma a inverter o paradigma vigente atempadamente? Uma solução possível para estes problemas que acarretam necessidades sociais crescentes, reside em alterar drasticamente o modelo de desenvolvimento e crescimento económico. É fundamental encontrar novas soluções em termos de trabalho e de organização social dos sectores público e privado, adoptando o conceito de «Estado-Rede», tão caro às teses de Castells (2007). Aumentando a produtividade, fazendo mais com menos recursos.

Referimo-nos a uma nova abordagem de organização social numa nova lógica de gestão pública, onde o foco passa a estar no cidadão, prevalecendo a perspectiva da sociedade. Nesta nova lógica, a sociedade do bem-estar (*welfare society*) substituirá o Estado de bem-estar (*welfare state*). As novas tendências do modelo de organização social, derivadas de novos modelos, contrariam os modelos sociais de base taylorista. Passam a ser desenhadas para as pessoas e não com as pessoas, e ocorrerão transformações onde o conhecimento fluirá entre todos, e não só dos *experts* para as pessoas comuns. O conhecimento e a aprendizagem serão partilhados. O funcionamento das organizações será em rede. As soluções serão co-produzidas e co-geridas. O valor não será só criado pela transacção, mas pela interacção. Trata-se de preparar o futuro através de uma nova abordagem, pelo caminho da inovação.

O conceito de «destruição criativa» adoptado por Schumpeter (1942) no seu livro intitulado «Capitalismo, Socialismo e Democracia», serviu de ponto de partida para a análise da inovação. Para o autor, «inovação» corresponde ao processo de criação do novo e «destruição» do que está a tornar-se obsoleto. Já para Hamel (2006), somente a inovação radical consegue diferenciar as empresas, com o objectivo de obter vantagens competitivas fundamentais para aumentar quota de mercado e incrementar lucros. O conceito de inovar reside, em Hamel, na capacidade de uma empresa superar a concorrência perfeita, criando uma situação de monopólio temporário ao criar um novo mercado para os seus produtos.

Drucker (1985), em «*Innovation and Entrepreneurship: Practice and Principles*», defende que a inovação mais produtiva é um produto ou serviço diferente, que crie um novo tipo de satisfação, ao invés de uma simples melhoria. Inovar não se confina a aspectos tecnológicos e económicos, sendo as inovações sociais tão importantes quanto as económicas. Para este autor, inovar consiste basicamente na tarefa de afectar os recursos humanos e materiais de nova e maior capacidade de produzir riqueza. Os governos e a sociedade, como um todo cooperante, terão que procurar e encontrar soluções para os novos problemas sociais. A inovação tecnológica, a inovação empresarial, a inovação social, têm que interagir em rede.

Com a inovação social como elemento-chave na procura de soluções, em 2011 foi levado a cabo o «Congresso sobre a Inovação», do qual resultou o mais recente plano de inovação europeu, «União da Inovação» (CE, 2013), numa tentativa de consertar esforços de inovação sobre os grandes desafios da sociedade, entre as instituições europeias: alterações climáticas, segurança energética e alimentar, saúde, envelhecimento da população, emprego para todos e progresso da economia. As áreas que registarão maior crescimento serão a saúde,

que já atinge 11% do PIB em Portugal (crescimento exponencial), e os serviços para idosos. Trazem como consequência o aparecimento de novas e boas oportunidades no campo social, levando à criação de riqueza e, conseqüentemente, a novos empregos, invertendo o rácio trabalhador/pensionista, que actualmente está a levar a segurança social portuguesa a um estado de pré-falência. Uma das novas possibilidades a explorar é, por exemplo, libertar informação pública, para ajudar a encontrar novos serviços públicos (públicos mas criados por cidadãos privados), onde se possa extrair conhecimentos a partir da informação. Criar *think tanks* para reflectir sobre o modelo do Estado Social, será uma prioridade.

Curiosamente, as inovações radicais não estão a acontecer na Europa nem nos Estados Unidos da América. Estão a surgir em países com grandes necessidades sociais, mas que não estão constrangidos por muitos interesses cooperativos, excesso de burocracias ou demasiados regulamentos, como países da Ásia, da América Latina e do Médio Oriente. Olhando para os últimos 200 anos onde ocorreram profundas mutações tecnológicas, o mundo assistiu a um período de grande desenvolvimento: a revolução industrial, as máquinas a vapor, a engenharia pesada, o sector automóvel, as tecnologias de informação e a nano tecnologia. Todas estas revoluções quebraram os paradigmas que existiam até então. Houve momentos de grandes explosões, tecnológicas, sócio-ético-culturais, económico-financeiras e que fizeram surgir períodos de grande empreendedorismo, também de especulação financeira, mas que impulsionaram uma melhoria do bem-estar das sociedades como um todo.

Mas a história é feita de ciclos. A seguir aos *booms* surgem as crises, que, logo a seguir, originam uma nova fase de prosperidade. A grande questão é saber quais as decisões necessárias para passar de um período de crise, para um período de golden age. Portugal encontra-se, num estágio de *turning point*. Mais do que carpir sobre os erros do passado é preciso preparar e encontrar soluções sustentadas para o futuro. Uma crise deve ser um momento de criatividade social. Portugal tem que aproveitar a crise, como uma oportunidade para se transformar. Focar o investimento público na inovação social e direccionar os recursos escassos para novas indústrias e serviços, é o caminho para a recuperação. Só a inovação garante aumentos radicais de produtividade, tão necessários para uma retoma sustentada e duradoura. Não é apenas uma questão da locação de recursos, mas antes uma devolução do poder à comunidade.

A abertura de novos mercados, de acolhimento de novas propostas e de aceitação de novas formas de pensar e fazer, leva ao emergir de uma nova agenda de quem acredita nas

peçoas, virada para o desenvolvimento das suas capacidades. A inovação social mostra que é possível crescer e ao mesmo tempo dar resposta aos desafios sociais. O sector público actual, em que todo o edifício conceptual está desenhado para a aversão ao risco, precisa de espaços seguros para inovar. A criação desses espaços colaborativos permitirá uma zona franca para experimentar novas soluções.

O modelo que nos propomos apresentar demonstra, de forma pragmática, uma das muitas possibilidades que existem no campo da inovação social.

3.4.3 – Empreendedorismo social no espaço lusófono

Assinalam-se, sumariamente, os casos de Portugal, Brasil e Angola, por constituírem os espaços mais relevantes da lusofonia.

3.4.3.1 – Portugal

Em Portugal, são já em número considerável as instituições dedicadas à promoção do empreendedorismo e inúmeras as iniciativas propriamente ditas. Umas levadas a cabo, outras a aguardar candidaturas.

O Instituto de Empreendedorismo Social é uma das instituições mais relevantes, da qual se dão os seguintes projectos como exemplo (IES, 2014):

- «4 Leituras», para promoção do acesso universal à leitura, através da edição de livros adaptados para as diferentes necessidades especiais. Criou o primeiro livro universal, com o símbolo «4 Leituras», contendo 4 versões gráficas para uma mesma história;
- «Vitamimos», que aposta na prevenção da obesidade infanto-juvenil, através da promoção de estilos de vida saudáveis. Promove novos hábitos, comportamentos e um estilo de vida saudável no que toca a alimentação e actividade física;
- «Bolsa de Voluntariado do Parque Natural do Alvão, Mondim de Basto», visando sensibilizar para as questões ambientais, através do envolvimento da comunidade em projectos de voluntariado organizados sob o acompanhamento científico da UTAD;
- «Oficina Agrícola de Boticas», apostada no desenvolvimento pessoal de jovens com deficiência, através de actividade profissional regular na área da agricultura;

Destaca-se, por outro lado, o «Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação» (EI, 2014), que consiste num programa aberto à sociedade civil de incentivo a uma sociedade mais empreendedora, numa base alargada de empresas inovadoras com forte componente exportadora. Uma base em rede e inserida nas redes internacionais de empreendedorismo, conhecimento e inovação, e orientada para os resultados. Deste Programa, dão-se como exemplo as seguintes iniciativas:

- «*StartUp Braga*», um incubador de *startups* e acelerador de empresas, apoiado por uma rede de mentores nacionais e internacionais no acesso a serviços jurídicos, fiscais e de protecção da propriedade intelectual. É dirigido a investigadores e estudantes universitários, e visa apoiar a criação de novas empresas baseadas em conhecimento e tecnologias providas de centros de investigação;
- «Minho Empreende – Competitividade e Empreendedorismo em Baixa Densidade», 2ª edição de um concurso de ideias que visa eleger a melhor ideia de negócio em cada sub-região do Minho (Ave, Cávado e Minho Lima). Os temas sectoriais para a apresentação das ideias são quatro: Turismo, Agro-Alimentar e Produtos Tradicionais, Ambiente, Natureza e Paisagem, e Cultura e Património;
- «*Carnegie Mellon Portugal*», um programa de estágios de investigação nos EUA, no qual os estudantes ou recém-mestres participantes vão ser expostos às melhores práticas de investigação a nível mundial nas áreas das Tecnologias de Informação e Comunicação;
- «*Building Global Innovators*», um acelerador internacional dirigido a empreendedores de base tecnológica, cuja selecção garante apoio por um período até 5 anos, ajudando-os a desenvolver as suas *start-ups* e propostas de valor centradas no cliente, assim como a mitigar riscos técnicos e de mercado.

Ainda, o «Programa de Apoio a Empresas Sociais» (BIS, 2014), através do BIS. Destina-se a pessoas singulares com mais de 18 anos nacionais de um Estado-membro da UE, e a pessoas colectivas com actividade principal sediada na UE. O objectivo é a criação de empresas sociais que apresentem uma resposta inovadora a problemas, necessidades ou desafios sociais identificados como prioritários pelo BIS.

E o projecto «*Start-Up*» (Open, 2007), uma iniciativa da RIERC visando contribuir para o lançamento e desenvolvimento de empresas inovadoras, com forte dinâmica de ligação

com o sistema científico e tecnológico. É centrado na promoção do empreendedorismo numa lógica de rede, num plano de acção estruturado em 5 eixos: o reforço da capacidade de gestão interna e serviços partilhados, a promoção do empreendedorismo, a cooperação com o sistema científico e tecnológico, o desenvolvimento empresarial e a internacionalização.

Segundo os estudos do «*Global Entrepreneurship Monitor*» (GEM, 2012a), em 2012, Portugal registou uma Taxa de Actividade Empreendedora de 7,7%, traduzindo que existem entre 7 e 8 empreendedores envolvidos em *start-ups* ou na gestão de novos negócios por cada 100 indivíduos adultos (este resultado representa um pequeno aumento face a 2011, ano em que o valor registado foi de 7,5%). Os sectores que registam maior percentagem de empreendedores são os negócios direccionados para o consumidor final (44,9% dos empreendedores), o sector transformador (26,2% dos empreendedores), e o sector orientado ao cliente organizacional (23,8% dos empreendedores). O sector extrativo inclui apenas 5,1% dos empreendedores mas, comparativamente com 2011, é o que regista maior crescimento (2,4% em 2011).

3.4.3.2 – Brasil

Num estudo realizado em 2013 sobre o empreendedorismo no Brasil (Endeavor Brasil, 2013), constatou-se que, aproximadamente, 88% da população brasileira acredita que os empreendedores são geradores de empregos e que 74% defende que o empreendedorismo é a base de criação de riqueza com benefício para todos. O Quadro 3, extraído do mesmo estudo, observa as principais percepções dos inquiridos:

Sendo este país um baluarte da comunidade lusófona, poderá ser tomado como exemplo para implementar políticas económicas que incentivem o aparecimento de *startups*, fomentando o espírito de iniciativa privada. Os agentes financiadores das actividades de empreendedores podem ser chamados de «investidores anjo», definidos por Dewes (2005) como agentes alternativos que podem financiar directamente um novo negócio, movido por iniciativa própria, sem vínculos com programas de capital de risco. Este tipo de financiamento e fomento ao empreendedorismo no Brasil ainda está bem no início.

A consolidação do mercado interno deste país, com mais de 100 milhões de consumidores, assim como a melhoria das condições para os pequenos negócios, contribuíram para criar um ambiente favorável ao empreendedorismo em diversos sectores.

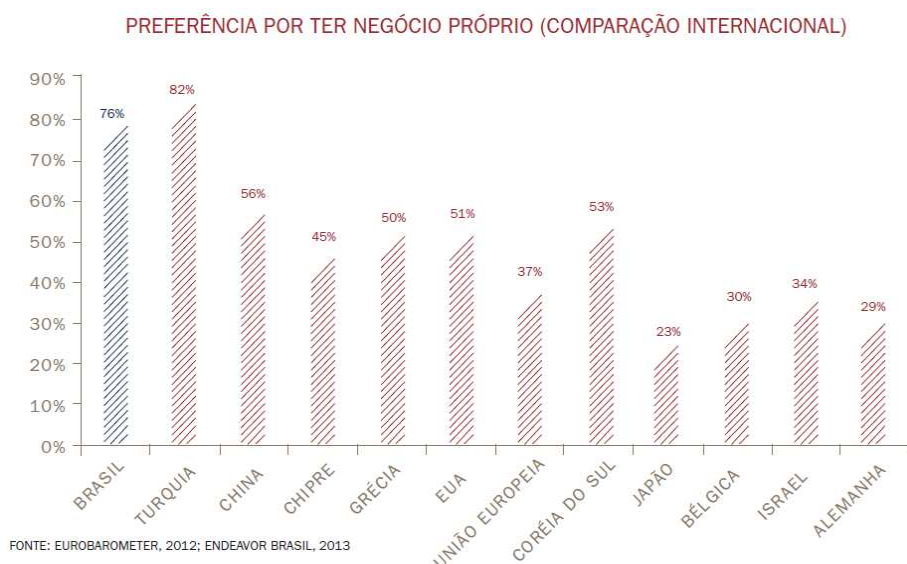


Quadro 3 – Percepções quanto ao empreendedorismo no Brasil (Endeavor Brasil, 2013, p. 27).

O SEBRAE (SEBRAE, 2014) é o exemplo de uma entidade privada de interesse público, que apoia a abertura e expansão dos pequenos negócios por meio do empreendedorismo. Tem como missão apoiar empreendedores no amadurecimento dos seus modelos de negócio, capacitá-los na incorporação de sustentabilidade à gestão dos empreendimentos e aproximá-los de investidores e de fundos de capital empreendedor. Essas pequenas e médias empresas constituem o motor da economia brasileira. Representam 99% das empresas nacionais, geram cerca de 52% dos empregos e são responsáveis por cerca de 40% da massa salarial brasileira. O apoio ao empreendedor é necessário e fundamental para que os negócios apareçam e floresçam, porque a iniciativa, per si, é condição necessária mas não suficiente. É necessário dinheiro, e muito mais do que noutros países, tratando-se de um problema frequente para a população brasileira, especialmente quando se fala em investir num negócio próprio. Aproximadamente 66% dos brasileiros afirmam que, apesar da vontade de criar o próprio negócio, tem como principal entrave à sua concretização a falta de recursos financeiros. Similarmente ao que acontece nos países mais avançados o medo do fracasso também existe no empreendedor brasileiro. Mesmo lidando com projectos menos inovadores, que requerem menos investimento e de suporte mais diminuto, 72,4% admitem medo de fracassar (SEBRAE, 2014).

Quando comparado com outros países, o Brasil evidencia a segunda maior taxa de preferência por ter negócio próprio – Quadro 4. Todavia, o empreendedor brasileiro mostra-se cada vez mais ousado em enfrentar a concorrência e investir em novos empreendimentos,

assumindo os riscos financeiros inerentes. Prova disto é o facto de o Brasil ter conseguido o melhor desempenho no «Ranking de Empreendedorismo por Oportunidade» entre os países dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), ficando também próximo de países como o Reino Unido e os EUA.



Quadro 4 – Preferência por ter negócio próprio - comparação internacional (Endeavor Brasil, 2013, p. 27).

Nas pesquisas do «*Global Entrepreneurship Monitor*» (GEM, 2012b), o Brasil encontra-se entre os países mais empreendedores do planeta, com uma taxa média de empreendedorismo de quase 25% entre 2002 e 2012. Neste período, a taxa total de empreendedorismo passou de 20,9%, em 2002, para 30,2%, em 2012. Existem cerca de 30 empreendedores por cada grupo de 100 mil brasileiros pertencentes à população economicamente activa do país. Esta evolução é consequência do dinamismo da economia brasileira, com um crescimento do PIB que ronda os 4%, aliado à expansão do mercado interno, com a necessidade de constantes acções governamentais e não-governamentais para a consolidação do seu empreendedorismo.

3.4.3.3 – Angola

O empreendedorismo é, sem dúvida, considerado um factor crítico para o desenvolvimento contínuo e linear de Angola. É essencial fomentar a inovação e a

competitividade, estimulando a actividade empreendedora da população angolana, com consequente crescimento de novos negócios e diminuição da dependência a outras economias. Angola apresenta-se como um país com elevado potencial de desenvolvimento, embora esteja ainda a recuperar de uma guerra civil de cerca de 30 anos, que causou grandes danos a nível físico, social e, também, político. É importante começar por minimizar as dificuldades inerentes à obtenção de rendimentos por todo país, aumentar a oferta de bens e serviços às comunidades e proporcionar oportunidades de emprego e formação profissional aos jovens e grupos populacionais mais vulneráveis.

A era da globalização a que assiste o mundo actual exige mudança e esta passa, obrigatoriamente, pela visão empreendedora de cada um dos países, bem como pelos mecanismos de incentivo ao empreendedorismo. Na década de 90, o MAPESS implementou dois programas consistindo no «Apoio à Criação da Pequena Empresa Familiar» e na «Iniciativa Local de Emprego», nos quais o governo angolano assegurava os incentivos de ordem financeira e técnica. Mas foi, porém, um fracasso, devido ao profundo grau de destruição em que o país se encontrava aos níveis das infra-estruturas e do tecido empresarial, bem como às limitações do sector financeiro e bancário. Seria necessário encontrar respostas, para que as pessoas que das áreas periféricas das grandes cidades pudessem ter meios próprios de ganhar a vida, através da produção de bens e serviços nos locais onde se encontravam. Passando por criar ambientes dotados de infra-estruturas físicas e todo um conjunto de serviços de suporte voltados para o apoio à criação de novos empreendimentos de micro, pequenas e médias empresas nas mais diversas áreas de actuação.

Seguiu-se o «Programa de Empreendedorismo na Comunidade», em parceria com as Administrações Municipais a nível nacional, cujo objectivo se centrou em fornecer noções básicas de empreendedorismo e de gestão de pequenos negócios e micro-crédito. E assente na convicção de que uma economia em crescimento deveria mostrar uma constante interacção dos empreendedores com as autoridades locais e revelar-se fortemente associada a factores, como: o aumento dos níveis de empregabilidade e rendimento das famílias, a disseminação da cultura do empreendedorismo e a participação na estruturação das actividades geradoras de rendimento.

Tal como acontece noutros países, mesmo naqueles considerados dotados de uma economia madura, os empreendedores angolanos deparam-se com a grande dificuldade do financiamento para levar a cabo novas ideias de negócio. O «BUE - Balcão Único do

Empreendedor» é um serviço público tutelado pelo Ministério da Justiça, que representa um grande avanço para a dinamização do tecido empresarial em Angola. Já se encontra disseminado por várias cidades angolanas e concentra, num só local, os diversos serviços administrativos necessários para o registo, constituição e licenciamento das empresas. Permitiu já a constituição e legalização de milhares de novas empresas angolanas nos sectores comercial e técnico, sendo um apoio imprescindível para impulsionar a actividade económica deste país.

Segundo o «*Global Entrepreneurship Monitor*» (GEM, 2012c), em 2012 Angola registou uma Taxa de Actividade Empreendedora de 32,4% (entre 32 e 33 em cada 100 angolanos são novos empreendedores), maioritariamente, na área do comércio.

Existe, actualmente, a «Associação dos Empreendedores de Angola», que possui autonomia administrativa e financeira e visa o comum interesse no empreendedorismo em Angola. Esta Associação tem como objectivo trabalhar no fomento e desenvolvimento do empreendedorismo, bem como no aumento da qualidade da informação. Promove a troca de experiências entre organizações e associações públicas ou privadas que, na sociedade angolana ou fora dela, pugnem pela busca dos mais nobres interesses na defesa dos empreendedores. Angola é, ainda, um país com uma economia maioritariamente orientada por factores de produção, embora já com um acentuado crescimento nas economias orientadas para a eficiência e para a inovação, impulsionadas pela grave crise económica mundial. Com a consequente descida do preço do petróleo, a disponibilidade de investimentos do Governo e a procura de fontes alternativas de rendimento ficaram bastante limitadas.

Capítulo IV – Modelo de Investigação

O nosso modelo de investigação pretende ser uma proposta de intervenção pelo eixo do desenvolvimento sustentável, no âmbito da economia social. Visamos alcançá-la, através de uma reflexão sobre os profundos fraccionamentos sócio-culturais, provocados pela grave crise que o mundo atravessa, nomeadamente as cidades capitais da UCCLA. A vertente da lusofonia aparece pela necessidade das dinâmicas económicas e culturais a nível global, por isso este trabalho assenta no triângulo estratégico Globalização – Lusofonia – UCCLA.

É relativamente simples desenvolver um consenso geral sobre as tendências de desenvolvimento sócio-económico pela vertente da economia social. Há que desenvolver uma compreensão mais profunda sobre como os sinais-chave externos afectam os negócios individuais. Requer capacidades sofisticadas de avaliação e análise de risco. As equipas não podem simplesmente ser recrutadas através de planos tradicionais de negócio, tendo uma visão relativamente limitada dos dados de mercado; simultaneamente têm que planear, olhando para as questões sociais ao mesmo tempo que para as considerações comerciais imediatas.

Em Portugal, o «Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020» (Instituto Camões, 2014) estabelece a base da sua cooperação na cena internacional, designadamente em prol do cumprimento dos «Objectivos do Milénio».

Num contexto de respeito pelos direitos humanos, pela democracia e pelo Estado de direito, este Conceito Estratégico tem em atenção as oportunidades e desafios nacionais e internacionais, como forma de responder de forma eficaz e estruturante às prioridades dos países terceiros. Convém lembrar o que fora descrito como a missão da cooperação portuguesa, já em 2008 (Instituto Camões, 2014):

“A missão fundamental da Cooperação Portuguesa consiste em contribuir para a realização de um mundo melhor e mais estável, muito em particular nos países lusófonos, caracterizado pelo desenvolvimento económico e social, e pela consolidação e o aprofundamento da paz, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito.”

A comunidade de países que falam a língua portuguesa representa um universo de 250 milhões de pessoas, em quatro continentes, formando um bloco de grande relevância política e económica, no contexto global. Os países lusófonos representam 4% do PIB mundial, com uma projecção a 10 anos, que pode superar os dois dígitos.

No Capítulo II. do «Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020», são definidos como objectivos, princípios e prioridades, entre outros, os seguintes:

- “- Fortalecimento do espaço lusófono, utilizando a língua comum como potenciadora da constituição de redes, contribuindo para a capacidade de resposta dos Estados-membros da CPLP aos desafios da Globalização;
- Reforço do pilar cooperação para o desenvolvimento da CPLP e compromisso com a execução do programa integrado de Cooperação.” (p. 25).

As prioridades da cooperação portuguesa estruturam-se em torno dos seguintes vectores: A) Educação e ciência, B) Saúde, C) Ambiente, crescimento verde e energia, D) Desenvolvimento rural e mar, E) Protecção social, inclusão social e emprego e F) Sector privado.

4.1 – O espaço *Hub* de inovação social

O conceito *Hub* tem vindo a desenvolver-se pelo mundo inteiro, com a criação de espaços para pessoas com ideais de mudança social. Envolve já uma vasta rede de empreendedores sociais espalhados por todo o mundo, em cidades como Amesterdão, Berlim, Bombaim, Bristol, Bruxelas, Cairo, Estocolmo, Halifax, Joanesburgo, Londres, Madrid, Milão, Roterdão, São Paulo, Telavive e Toronto. O seu objectivo consiste na criação de espaços equipados e uma equipa de profissionais qualificados e com competências multidisciplinares, que oferecem um ambiente de inovação e empreendedorismo social. São espaços com as ferramentas, as competências e os equipamentos necessários para encetar novas parcerias, i.e., espaços de acesso a experiências, conhecimentos, financiamentos e mercados.

Historicamente, o primeiro espaço *Hub* foi inaugurado em King’s Cross, Londres, em 2005, sob a designação de «*Impact Hub*» (Impacthub, 2014). Resultou da associação de quatro empreendedores sociais que formaram uma comunidade de inovadores sociais para alavancar negócios e inovações sociais. Depois disso, foi criado o segundo espaço em São Paulo, em 2007. O *Impact Hub* está espalhado por todo o mundo e conta actualmente com mais de 7000 membros em todos os continentes, dispersos por mais de 40 espaços. Entre eles, o «*Impact Hub Johannesburg*» sob a assinatura “*At Impact Hub Johannesburg we integrate community and space to bring together game-changing ideas for social impact. We invite you to take part!*” (Impacthub Johannesburg, 2014) – vide Anexo XI.

Enquanto redes internacionais, os *Hubs* dispõem de uma bolsa mundial de empreendedores sociais, que partilham princípios e valores, assim como de um passaporte «*HubWorld*» que os mesmos poderão utilizar para usufruir de espaço de trabalho e equipamentos em qualquer local onde esses *Hubs* se encontrem implantados. Uma plataforma de *Hub* também pode ser um serviço disponível através do *world wide web*, por aplicativos auxiliares que realizam a busca, a conversão e a entrega de dados entre diferentes aplicativos utilizados na gestão dos negócios, entre uma ou mais empresas plataformas imprescindíveis no desenvolvimento empresarial. Servem para trocar informações de forma ágil e transparente, internamente ou com parceiros comerciais, sem esforço manual – a sua representatividade ambiental permite uma redução drástica no uso do papel nas empresas; a representatividade económica espelha-se na melhoria da qualidade de dados (informações e decisões); e a social permite a terciarização de serviços intermediários.

A criação de um ecossistema social sustentado no funcionamento em rede de um conjunto de *Hubs* nas diferentes capitais luso-afro-américo-asiáticas de língua oficial portuguesa, fomentará, com toda a certeza, o surgimento de sementes de empreendedorismo social, tendo como objectivo imediato a criação de empresas sociais e a consequente diminuição das importações, dada a sua substituição pelos produtos e serviços que agora se pretendem produzir. Sob a temática da sociedade de informação e do funcionamento em rede, Castells refere que “(...) tanto o tempo como o espaço estão a ser modificados sob o efeito combinado do paradigma da tecnologia de informação e das formas e processos sociais induzidos pelo actual processo de mudança social (...)” (2007, p. 493). Esta forma de actuação é sinónimo do sentimento de partilha e da aglomeração de sinergias, e os *Hubs* apresentam-na como princípio para criação de sinergias entre os seus membros.

Segundo Lalkaka (2001), o sucesso dos *Hubs* está associado à interacção de cinco *stakeholders* principais: Universidade (investigação e conhecimento), Governo (políticas de apoio e desenvolvimento regional), Empresas (investimento, emprego, processos de trabalho e de produção), Serviços de Apoio e *Networking* (nacional e internacional) e Comunidade (mudança). Algumas vantagens extraem-se para as Universidades, pelo reforço da ligação universidade-empresa; para as Instituições Parceiras e promotoras dos projectos, pela viabilidade comercial das empresas nascentes e aperfeiçoamento de competências; para as Comunidades Locais, pelo aumento do número de postos de trabalho e consequente aumento do rendimento familiar e melhoria das condições de vida e bem-estar; para a Comunidade Internacional, pela criação de oportunidades de negócio, transferência de competências e

partilha de experiências através de alianças; para os Empreendedores Sociais, pelo aumento da probabilidade de sucesso dos seus projectos e reforço da sua credibilidade no mercado.

Em Portugal, a Fundação EDP e o Instituto de Empreendedorismo Social constituíram, em 2010, um projecto de *Hub* de Inovação Social (Fundação EDP, 2014), para responder a diversas necessidades sociais de comunidades específicas. É um exemplo de espaços portugueses destinados a inovadores sociais, empreendedores, *freelancers*, executivos, estudantes e à comunidade em geral. Numa fase piloto, foram identificados dois territórios em contexto de exclusão, nos quais a Fundação EDP implantou um *Hub*: a freguesia de Paranhos, Porto, e a freguesia de São Brás, Amadora em Lisboa:

- O primeiro é designado por «*Hub* Porto – Plataforma de Inovação Social para a Promoção do Empreendedorismo», e tem por missão, conforme refere no artº 1 do seu Regulamento, “(...) inspirar e apoiar iniciativas empreendedoras, de carácter inovador, com preocupações éticas e ambientais conducentes a uma sociedade melhor.” (Hub Porto, 2014, p. 2). A área metropolitana do Porto apresenta uma importância significativa em termos de plataforma central da estrutura socioeconómica, não só em relação a toda essa área metropolitana, mas, também, em relação à região Norte do país. No final de 2013, a lista de incubadoras de empresas em Portugal, de Norte a Sul, incluía um total de vinte e três plataformas;
- O segundo é designado por «Associação das Comunidades Autofinanciadas» e actua ao nível da capacitação e consciencialização dos seus habitantes, na prossecução de soluções de poupança e gestão criteriosa dos seus orçamentos. Esta Associação é parte de um movimento global que promove a capacitação comunitária e a economia solidária, através da promoção e criação de Comunidades Auto-Financiadas, uma metodologia inovadora em microfinanças (grupos de entre 6 e 30 pessoas criam e gerem um fundo comunitário). Os públicos prioritários são comunidades de imigrantes e pessoas de escassos recursos. Para além de fomentar o hábito da poupança e da tomada de decisão de crédito responsável, o objectivo passa, também, pelo fortalecimento das redes sociais, através da promoção de valores de espírito de entreajuda, solidariedade e autonomia.

Através da articulação entre projectos distintos nas áreas de desporto, saúde oral, empreendedorismo, capacitação comunitária e voluntariado, este *Hub* de Inovação Social pretende alavancar o efeito conjunto pela colaboração, partilha de conhecimento e competências, reflexão e procura de soluções conjuntas. Consiste num modelo de sustentabilidade que tem o foco central na capacitação da comunidade, para que seja ela

própria construtora do seu futuro, e na criação de sinergias com o poder local, com o sector privado e com outros agentes sociais. Pretende que a capacidade ao nível dos recursos e *know-how* e o envolvimento dos *stakeholders* aumentem progressivamente. Após um ano de intervenção nas comunidades, o *Hub* contava com 7000 beneficiários, directos e indirectos, e uma rede alargada de parceiros. Entre as várias entidades com que celebrou parceria, com o objectivo de criar melhores condições de apoio à concretização dos projectos e promover o espírito de proximidade, listam-se a Associação Nacional de Direito ao Crédito, a Associação Cabo-verdiana do Norte de Portugal, a Associação das Mulheres Angolanas Migrantes e a Associação Portugal-Moçambique.

Também desde 2010, que estudantes, professores e consultores realizam pesquisas interdisciplinares dentro da plataforma de pesquisa do HSG *Hub*, em São Paulo – Universidade de São Gallen, Suíça, em São Paulo (HSG, 2014). Além dos próprios trabalhos de pesquisa, realizam, também, projectos de estágio associados ao tema com o qual estão envolvidos. Há, com isso, uma junção da experiência profissional à criação do conhecimento, originada no campo de actuação por meio de experiências quotidianas.

No Brasil, existem os «*Impact Hub Recife*» (Impacthub Recife, 2014) e o «*Impact Hub São Paulo*» (Impacthub São Paulo, 2014), em prol da economia de impacto social. Consistem em espaços de trabalho compartilhados, em laboratórios de inovação que são, simultaneamente, incubadoras de empresas sociais. Funcionam como centros comunitários de empreendedores sociais.

Em Angola, os *Hubs* são, por enquanto, inexistentes, mas o Governo estabeleceu para o ano 2014 um quadro institucional de incentivo ao empreendedorismo e à criação de postos de trabalho. Assiste-se a um esforço de formação e profissionalização, que abrange já 159000 formandos em mais de 460 centros. Em 2013, o programa de formação vocacional gerou 110000 novos postos de trabalho, marcadamente nos sectores da energia (39000), transportes (29000) e construção (24000). Actualmente, um terço do orçamento estatal é alocado às áreas sociais com o intuito de redução da pobreza e melhoria das condições de vida das comunidades mais vulneráveis (AfDB/OECD/UNDP, 2014).

No âmbito do mesmo incentivo, foi constituída a «Rede de Mediatecas de Angola» (ANGOP, 2012), através da implantação de espaços de inovação social, como espaços de aprendizagem permanente e de apoio à pesquisa, gerando novas soluções para a sociedade angolana São espaços depositários do conhecimento local que recolhem e geram informação,

através do estímulo à criatividade. A inovação social, através da exploração de sinergias com outros planos e estratégias nacionais ou locais, acumula aqui focos de empreendedorismo, educação e cultura. Concorre para apoiar o sistema educativo angolano, como ferramenta para a melhoria da qualidade e fortalecimento do sistema educativo.

Em Cabo Verde, decorreu em Fevereiro deste ano a primeira edição da «Cimeira Inovação África» («Africa Innovation Summit» - AIS, 2014), presidida pelo ex-Presidente de Cabo Verde, Pedro Pires. Teve como objectivo estabelecer uma plataforma de desenvolvimento estratégico composta pelos vários *stakeholders* africanos – políticos, empreendedores, académicos, investidores – que privilegie a inovação e a criatividade, como veículos transformadores sócio-económicos. Como Pedro Pires referiu, “*The quality of our individual, national or continental future will depend, in good measure, on the skills of our human capital, in other words, in our ability to innovate.*” (AIS, 2014, p. 19).

Nesta Cimeira, o Presidente de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca, evidenciou os objectivos da «African Union Agenda 2063» (African Union, 2014), que tem por objectivo uma mudança de paradigma e a instauração de uma visão comum para todo o continente, assente na dinâmica dos seus cidadãos. Transversalmente a todas as sessões plenária, foi salientado o forte potencial que reside na diáspora.

Em 2013, para superar a inexistência de outras formas de organização socialmente empreendedora, Cabo Verde deu início a um projecto a 3 anos denominado «*The Entrepreneurship Curriculum Programme*» (UNIDO, 2014a), que consiste na introdução do tema do empreendedorismo no ensino secundário e no ensino técnico-profissional, sob a orientação técnica da UNIDO e fundos portugueses. O objectivo reside em promover nos jovens competências de empreendedorismo e inovação, por forma a assegurar-lhes um forte potencial de auto-emprego e criação de postos de trabalho, competitividade e dinamismo empresarial. Em 2017 são esperados 3500 estudantes com o curso concluído.

Seis anos antes, em 2006, Moçambique havia já dado início a este projecto nas suas escolas, sob a orientação técnica da UNIDO e fundos noruegueses (UNIDO, 2014b). Neste momento, as estatísticas revelam que 240000 estudantes estão a frequentar o curso, 47% dos quais são mulheres, 52300 já se graduaram e, desses, 85% adquiriram competências de empreendedorismo.

São Tomé e Príncipe desenvolveu, por sua vez, um modelo de economia social designado «*Seed – Memórias de S. Tomé*», apostando na formação de 27 artesãos que

resultou na criação de 52 produtos, dos quais se destacam as *pens* USB esculpidas em madeira. Esta actividade permitiu que os envolvidos auferissem do ordenado mínimo local em apenas 1 dia e meio de trabalho (Mundar, *s.d.*). Simultaneamente, permitiu projectar a cultura de São Tomé e Príncipe globalmente, o que se refletiu em vendas para todo o mundo – destaca-se a entrega destas *pens* a todos os dirigentes dos países presentes na cimeira Europa-África de 2007, em Lisboa.

Angola, Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste têm trabalhado para a criação e implementação de sistemas nacionais de reconhecimento de competências adquiridas. Em todos os seis países existem na lei e no terreno respostas para o ensino recorrente de adultos, nalguns casos ligado à formação profissional e ao desenvolvimento comunitário. Porém, a ambição vai pouco para além da alfabetização e dos níveis mais básicos de educação, o que dificulta a reposição de qualificações com a urgência ditada pelas dinâmicas da competitividade global. Tanto pior quanto o número de pessoas abrangidas é, em todos os casos, muito reduzido.

4.2 – Proposta de intervenção

Neste relatório, desenvolve-se uma investigação conducente à definição de uma proposta de intervenção, a ser implementada nas cidades capitais luso-afro-américo-asiáticas de língua oficial portuguesa, por forma a incentivar o espírito e a actividade de empreendedorismo, através da implementação de um *Hub* de desenvolvimento no segmento da economia social, ao qual atribuímos a designação de «CENTRO - Espaço Lusófono de Empreendedorismo Social». O «CENTRO» é uma designação em língua portuguesa, facilmente perceptível e fácil de utilizar por toda a população que compõe a realidade lusófona. E, com ele, criar condições para que os povos e as sociedades possam criar soluções para os graves problemas dos fraccionamentos políticos, culturais, sócio-demográficos, económicos e ambientais naquelas cidades. O mundo cada vez mais global conduz os povos e as sociedades a organizarem-se em espaços cada vez mais integrados, para que possam ser cada vez mais competitivos.

O aparecimento de novos ritmos sociais, próprio do fenómeno da globalização, faz surgir um conjunto de alterações, que têm como consequência o nascimento de novas perspectivas e uma necessidade crescente de conhecer o seu impacto social, favorecem a criação de um espaço, onde novas dinâmicas consagram uma mudança social. O «CENTRO»

possuirá as características e a filosofia de um *Hub* de inovação social e visará preencher as fortes lacunas sociais existentes nas comunidades, conquistando-as para a vertente de economia social, com instrumentos que contrariam a falta de oportunidades. Parte de novos pressupostos relativamente ao *modus operandi*, no seio dos sistemas económicos aí vigentes.

A génese do conceito «*Hub*» aconteceu na África do Sul, em Joanesburgo, por ocasião de uma cimeira mundial liderada por Nelson Mandela e impulsionada pela temática do empreendedorismo social. A nossa proposta de intervenção tem como universo as cidades capitais no espaço lusófono. O «CENTRO» tem a singularidade de ter uma abordagem inversa daquela que é habitualmente observada. Tradicionalmente, é o velho continente que tenta impor os seus conceitos numa visão etnocentrista, violentando, muitas vezes, as culturas e os costumes dos povos em desenvolvimento. Mas, neste caso, partiu-se da visão africana dos problemas sociais, uma ideia nascida e pensada no continente africano, que a Europa importou, reformulando-a e adaptando-a às realidades sociais das cidades do seu velho continente. E foram as dinâmicas da globalização que conduziram a que, rapidamente, a mesma visão fosse transportada para outras realidades sociais à escala planetária. Por isso, há *Hub's* espalhados pelos quatro continentes, alicerçados na mesma filosofia do espírito com que nasceu.

Pretende-se que o «CENTRO» seja sinónimo de um espaço integrado, dotado de um conjunto de conhecimentos, competências e ferramentas, e opere com a missão e atribuições funcionais de acolher, formar, orientar e lançar os empreendedores sociais no seio das economias sociais locais. E, bem assim, que venha a ser o principal agente facilitador da sua entrada posterior nos mercados económicos e do ansiado sucesso das suas actividades.

Quando referimos «espaço», queremos significar mais do que apenas uma plataforma. A plataforma estará presente, por quanto representará as condições de trabalho a serem disponibilizadas e proporcionadas àqueles empreendedores. O espaço de acolhimento será, essencialmente, recheado de trocas de experiências, partilhas de conhecimentos e entreajuda, e funcionará em rede entre todos.

Na origem, dever-se-á instalar e desenvolver o «CENTRO» em todas as cidades capitais luso-afro-américo-asiáticas de língua oficial portuguesa, para que as populações em torno de cada espaço lusófono sejam merecedoras de um forte e condigno incentivo e ponto de partida para a actividade empreendedora.

Simultaneamente, como medida de reforço do incentivo das populações locais, pretender-se-á dar continuidade à missão do «Prémio Europeu de Inovação Social em memória de Diogo Vasconcelos» (Barroso, 2012), lançado em 2012 pela CE. No âmbito desse incentivo, o prémio manterá o objetivo de recompensar as melhores soluções em matéria de inovação social para criar emprego e desenvolver novos tipos de trabalho. Estender-se-á a todos os espaços do «CENTRO», em todas as cidades capitais.

As suas atribuições deverão contemplar, entre outro aspectos, o incentivo de acções empreendedoras que ajudem a prevenir da doença e promover a saúde, as quais, sendo importantes em todos os países, assumem especial relevo nos países africanos, designadamente nos de Língua Oficial Portuguesa, elevando os níveis sanitários das populações. Damos como exemplo a seguir, o protocolo de colaboração recentemente assinado entre a OF e a ONGD Estímulo, denominado «Causas com Remédio», o qual engloba as acções que descreve no ponto 2 da sua Cláusula 1ª:

“2- A presente iniciativa engloba acções de educação e promoção para a saúde, formação de profissionais, designadamente farmacêuticos e técnicos, nos domínios da Farmácia, do Medicamento e Produtos de Saúde e da Saúde Pública, acções de investigação científica no domínio da saúde e actividades de mecenato de suporte a missões de natureza sanitária, designadamente doações de medicamentos e produtos de saúde.” (OF/Estímulo, 2014, p. 2).

Essas acções, de índole essencialmente pedagógica e promocional, visam integrar programas que respondam a necessidades identificadas nos espaços lusófonos, através de parcerias estabelecidas com as necessárias instituições nos respectivos países (designadamente, entidades congéneres da OF, autoridades de saúde e entidades governamentais da área da saúde).

Uma outra referência necessária e importante, desta feita à estratégia de crescimento traçada pela UE, designada por «Europa 2020» (CE, 2010). Nela, a qual a Europa estabelece três prioridades de crescimento que actuam e se reforçam interactivamente, e projectam uma visão da economia social de mercado da Europa para o século XXI. Tais prioridades têm prazo de concretização até 2020 e são as seguintes: crescimento inteligente, para desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação; crescimento sustentável, para promover uma economia mais eficiente em recursos, mais ecológica e mais competitiva; e crescimento inclusivo, para favorecer uma economia com níveis elevados de emprego, que assegure a coesão económica, social e territorial.

O crescimento inclusivo, particularmente, visa capacitar as pessoas através de elevadas taxas de emprego, investir nas suas qualificações, lutar contra a pobreza e modernizar os mercados de trabalho e os sistemas de formação e de protecção social. O objectivo, pois, é ajudar as pessoas a saber antecipar e gerir a mudança e, dessa forma, construir uma sociedade coesa. Para esse efeito, a Europa deve actuar nas seguintes áreas:

- Emprego: devido à evolução demográfica, a população activa começa a diminuir. Actualmente, só dois terços em idade activa estão empregados (contra mais de 70% nos EUA e no Japão). As taxas de emprego das mulheres e dos trabalhadores idosos são baixas, e os jovens são gravemente atingidos pela crise, com uma taxa de desemprego superior a 21%;
- Qualificações: cerca de 80 milhões de pessoas têm qualificações baixas ou básicas. Até 2020, criar-se-ão 16 milhões de postos de trabalho exigindo qualificações elevadas, enquanto a procura de trabalhadores pouco qualificados diminuirá em 12 milhões. Devido ao prolongamento da vida activa, será necessário adquirir e desenvolver novas competências;
- Luta contra a pobreza: antes da crise, 80 milhões de pessoas, das quais 19 milhões de crianças, já viviam em risco de pobreza. E 8% das pessoas empregadas não ganham o suficiente para ultrapassar o limiar da pobreza, sendo os desempregados um grupo particularmente vulnerável.

Para o reforço do crescimento inclusivo, a UE criou, simultaneamente, uma iniciativa emblemática a que chamou «Plataforma Europeia Contra a Pobreza», com o objectivo de assegurar a coesão sócio-económica e territorial, e de sensibilizar o público para reconhecer os direitos fundamentais das pessoas em situação de pobreza e exclusão social, como permitindo-lhes viver dignamente e ter um papel activo na sociedade.

Para isso, a CE compromete-se a trabalhar no sentido de:

- . transformar o método aberto de coordenação a nível da exclusão social e da protecção social numa plataforma de cooperação, avaliação pelos pares e troca de boas práticas, e num instrumento de empenho dos actores públicos e privados na redução da exclusão social e na adopção de medidas concretas;
- . conceber e executar programas de inovação social destinados às comunidades desfavorecidas, propondo-lhes soluções inovadoras em matéria de educação, formação e oportunidades de emprego para combater a discriminação (por exemplo, dos deficientes) e

desenvolver uma nova agenda de integração dos migrantes, que lhes permita aproveitar plenamente o seu potencial; e

. realizar uma avaliação da adequação e sustentabilidade dos sistemas de protecção social e de pensões, e identificar vias que permitam assegurar um melhor acesso aos sistemas de saúde.

Por sua vez, a nível nacional, os Estados-Membros devem:

. promover a responsabilidade partilhada, colectiva e individual na luta contra a pobreza e a exclusão social;

. definir e aplicar medidas adaptadas às características específicas dos grupos de risco (por exemplo, famílias monoparentais, mulheres idosas, minorias, ciganos, pessoas com deficiência e sem-abrigo); e

. mobilizar os sistemas de segurança social e de pensões para assegurar apoios adequados ao rendimento e ao acesso a cuidados de saúde.

A estratégia «Europa 2020» plasma e amplia o incontornável enfoque na inovação social, como alternativa ao processo económico que se encontrava até agora instalado.

Conclusão

O impacto da globalização nas sociedades actuais parece ser um aspecto inquestionável, na medida em que, cada vez mais, se faz acompanhar da difusão de modelos globais na distribuição de oportunidades. Indica a existência de fortes singularidades, já que o desenvolvimento económico, político, económico, cultural, sócio-demográfico e ambiental arrastam consigo sinais de desequilíbrio e iniquidade.

O estágio levado a cabo é impulsionado por este conjunto de configurações sociais decorrentes de uma economia globalizada, de um período em que prevalece um regime global capitalista e no qual os sujeitos percorrem caminhos de efectiva mudança social, que lhes confere a possibilidade de verem a suas potencialidades expandirem-se. Esta expansão surge associada ao crescente destaque que as dinâmicas empreendedoras e inovadoras têm ganho nas sociedades. E que conferem aos seus cidadãos um amplo e variado conjunto de recursos, passíveis de serem transpostos para novas oportunidades de trabalho e de vida, num alargamento de múltiplos horizontes.

Diogo Vasconcelos – que fora Presidente da *Social Innovation Exchange* e *Distinguished Fellow* da Cisco – deixou no seu legado reflexões importantes, que serviram de base à nossa investigação. Numa das suas últimas intervenções públicas, em Junho de 2011, no âmbito do Co-Laboratório de Inovação Social (Vasconcelos, 2011), em Lisboa, referia o seguinte: “(...) inovar, hoje em dia, não se limita às áreas tecnológica e de produtos, mas também, e sobretudo, à criação de novas respostas para as necessidades sociais.” (p. 1). E referia, mais adiante: “(...) ligar as pessoas com ideias às pessoas com recursos (...) transformar as ideias empreendedoras em realidades que possam dar respostas novas às necessidades sociais.” (p. 2).

O estágio ora cumprido foi, deveras, enriquecedor. Referimo-nos, desde logo, ao contacto com a instituição, assim como ao conhecimento do seu funcionamento intra e inter-institucional. Depois, mas prioritariamente, à oportunidade de aplicação organizacional dos vastos conhecimentos teóricos adquiridos na parte curricular do mestrado. Por último, mas igualmente importante, ao nosso desenvolvimento pessoal e profissional, que ficou determinantemente favorecido e enriquecido por todas as experiências que vivenciamos e partilhámos no decurso do estágio.

Pudemos desenvolver e fortalecer aprendizagens e competências fundamentais acerca do processo de globalização e suas desigualdades económicas, políticas, culturais, sócio-demográficas e ambientais no espaço lusófono – aqui delimitado pelas cidades capitais luso-afro-américo-asiáticas de língua oficial portuguesa. Ainda, competências de ordem metodológica de investigação, análise e reflexão sobre o mesmo fenómeno, na procura de equilíbrios pelo eixo do desenvolvimento sustentável em soluções de apoio à análise estratégica e à tomada de decisão.

Tal consolidação de conhecimentos e experiências contribuiu, bem assim, para potenciar e alicerçar ainda melhor o nosso foco de atenção e interesse no tema da lusofonia.

Globalmente, desde o início do estágio que foi nossa preocupação o desenvolvimento de ideias de suporte à construção do modelo de intervenção que aqui propomos.

Não obstante, da ponte que a nossa presença na UCCLA pôde estabelecer com a UNL, ressaltou um trabalho conjunto UNL/UCCLA que entendemos ser um trabalho embrionário no processo de construção de modelos de intervenção teoricamente alicerçados e fundamentados, que possam ter aplicação no terreno. Potenciar, deste modo, a ligação Universidade–Empresa, na qual a UCCLA assumirá o protagonismo de veículo para o desenvolvimento daquelas cidades, através da implementação de soluções capacitadoras das respectivas comunidades e, desse modo, do seu empoderamento.

De salientar, ainda, todo o apoio que recebemos da instituição ao longo do período de estágio. Não apenas facilitador da nossa plena integração institucional, como, também, em matéria de acompanhamento de todo o trabalho que empreendemos, através dos elevados graus de autonomia e responsabilidade que nos foram confiados e todos os ensinamentos que nos foram transmitidos.

A principal recomendação que se nos oferece mencionar, passa pelo incentivo de mais estágios curriculares na UCCLA. Consideramos que existe, nesta instituição, uma excelente janela de oportunidade para a efectivação de maior aproximação entre as cidades capitais luso-afro-américo-asiáticas de língua oficial portuguesa. E, através dessa aproximação, a possibilidade de potenciar sinergias nas ditas soluções capacitadoras em inter-relações de partilha de experiências, de troca de conhecimento e, finalmente, de ganhos recíprocos.

Além disso, mencionar o absoluto interesse em assegurarmos a continuidade da linha de investigação aqui apresentada ao longo do nosso percurso académico, para o qual foram determinantes todas as oportunidades que a UCCLA nos proporcionou de conhecimento e

aprendizagem sobre os vários espaços lusófonos espalhados no mundo. E, quem sabe, equacionar simultaneamente a possibilidade de criação de uma equipa multidisciplinar, investigadora e actuante na proposta de soluções cabais que respondam ao empreendedorismo social no seio da lusofonia, através da sua implementação nos espaços do «CENTRO».

O foco é a participação do cidadão e da sociedade civil na procura de oportunidades de soluções, substituindo gradualmente a visão filantrópica pura e assistencialista, por uma atitude proactiva, capaz de atrair o sector público, sem fins lucrativos e fundamentalmente o sector privado. Ainda recentemente, na última Assembleia-Geral da UCCLA na cidade de Coimbra, Portugal, tomou-se contacto com uma incubadora de empresas, conceito que tem todas as condições para vingar, como solução futura. Os pressupostos subjacentes a este conceito, onde as ideias inovadoras devem ser consideradas prioritárias, levarão ao aparecimento de *startups*, onde novas empresas ligadas à saúde, à educação, negócio verde ou ao apoio social, darão corpo ao reforço da economia social.

Contudo, os decisores políticos, os empresários e demais agentes económicos, têm consciência que o financiamento de qualquer actividade é vital para o funcionamento de qualquer sector económico. O sistema financeiro, tal como o conhecemos hoje, não está direccionado para apoiar este tipo de projectos, tendo em conta que a exigência de garantias, reais, coarcta quase sempre as iniciativas das micro-empresas, contribuindo para o fenómeno da morte súbita. Encontrar um modelo de financiamento focado, fundamentalmente, na economia social é imperativo, sem o qual a viabilidade pretendida é uma miragem.

A criação de novos produtos financeiros, tipo fundos de inovação social, que já começam a aparecer em sociedades mais desenvolvidas e mais dinâmicas, tais como Estados Unidos, Reino Unido, Singapura, Austrália, leva-nos a acreditar da possibilidade da exequibilidade desta solução no espaço lusófono. Reforça-se o exemplo de Muhammad Yunus, que implementou o *Grameen Bank*, no Bangladesh, cuja grande originalidade se baseia em conceder pequenos créditos sem garantias nem papéis. Este tipo de crédito é fundamentalmente procurado por mulheres: elas são 97% dos 6,6 milhões de beneficiários. O grande sucesso desta ideia é mensurável através da taxa de recuperação dos micro-créditos concedidos, que se situa nos 98,85%. O resultado do micro-crédito levou a que milhões de seres humanos se incorporassem no sistema económico, diminuindo assim o seu estado de pobreza e contribuindo para o aumento do bem-estar das comunidades onde se inserem.

Por definição, os fundos de inovação social, «*Social Impact Bond*», constituem uma contratualização entre investidores e sector público, visando, essencialmente, a melhoria de indicadores sociais. A mobilização de fundos de investimento não estatais, conseguidos por esta via, terá como consequência a atracção de mais recursos para serviços preventivos que terão implicações directas na diminuição dos custos sociais e de saúde, conseguindo, assim, concertar um conjunto de diferentes *stakeholders* (estado, investidores sociais e terceiro sector), visando uma meta de cariz social.

O «CENTRO», a ser implementado em todas as cidades capitais do espaço lusófono, ligadas em rede, formará um instrumento competitivo que alcançará as metas propostas, contribuindo decisivamente para diminuir os fraccionamentos ético-culturais, combatendo as desigualdades e melhorando as condições de vida das populações. Será necessariamente o resultado do conceito de «glocalização», i.e., de concentração do know-how global nas comunidades locais onde se implementará.

No espírito dos agentes que intervêm neste processo deve estar sempre presente que a responsabilidade da nossa breve existência, cada um *per se*, é deixar a nossa marca, o nosso cunho pessoal impregnado na sociedade, como contributo para um mundo melhor.

Bibliografia

- AfDB/OECD/UNDP (2014). African economic outlook: Angola 2014. In <http://www.africaneconomicoutlook.org/>. Acedido em 31 de Maio de 2014 em http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/2014/PDF/CN_Long_EN/Angola_ENG.pdf.
- African Union (2014). Agenda 2063. In <http://agenda2063.au.int/>. Acedido em 31 de Maio de 2014 em <http://agenda2063.au.int/en/about>.
- Ahmad, N. & Hoffman, A. (2007). A framework for addressing and measuring entrepreneurship. Paris: OECD.
- AIS (2014). Africa innovation summit: Cabo Verde. In www.africainnovationsummit.com/. Acedido em 31 de Maio de 2014 em http://africainnovationsummit.com/images/ficheiros_pt/AIS_2014_SUMMIT%20REPORT.pdf.
- AM&A (2011). Estudo de benchmarking internacional sobre práticas e instrumentos de apoio ao empreendedorismo – Relatório final. In www.netcentro.pt/. Acedido em 25 de Maio de 2014 em <http://www.netcentro.pt/upl/%7B7f7a7345-3bfa-4a2f-83bc-01a767d2a7d1%7D.pdf>.
- ANGOP (2012). Mediatecas de Angola são espaços que proporcionam a inovação social. In www.portalangop.co.ao/. Acedido em 17 de Maio de 2014 em http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/lazer-e-cultura/2012/4/20/Mediatecas-Angola-sao-espacos-que-proporcionam-inovacao-social,59b68ed2-b2ea-4b2c-8b1d-8bce62047982.html.
- Bambina, A. (2007). *Online social support: The interplay of social networks and computer-mediated communication*. New York: Cambria Press.
- Barroso, J.M.D. (2012). Prémio europeu de inovação social em memória de Diogo Vasconcelos. In www.ec.europa.eu/. Acedido em 14 de Junho de 2014 em http://ec.europa.eu/portugal/pdf/comissao/destaques/discurso_presidente_premio_diogo_vasconcelos_pt.pdf.
- BIS (2014). Banco de inovação social. In www.bancodeinovacaosocial.pt/. Acedido em 2 de Maio de 2014 em <http://bancodeinovacaosocial.pt/quemsomos.php>.

- Castells, M. (2007). *A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CE (2010). Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. In www.eur-lex.europa.eu/. Acedido em 8 de Junho de 2014 em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:PT:PDF>.
- Dees, J.G. (1998). *The meaning of social entrepreneurship*. Kansas City: Kauffman Foundation.
- Dewes, M.F. (2005). *Empreendedorismo e exportação no setor de desenvolvimento de software: Características de empreendedores e empresas*. Dissertação apresentada à Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do grau de mestre, Porto Alegre. Acedido em 1 de Março de 2014 em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5259/000467973.pdf?...1>.
- Drucker, P.F. (1985). *Innovation and entrepreneurship: Practice and principles*. New York: Harper & Row Publishers.
- EI (2014). Programa estratégico para o empreendedorismo e a inovação. In www.ei.gov.pt/. Acedido em 22 de Março de 2014 em <http://www.ei.gov.pt/programa/>.
- Endeavor Brasil (2013). Empreendedores brasileiros: Perfis e percepções. In www.endeavor.org.br/. Acedido em 12 de Abril de 2014 em http://www.endeavor.org.br/pesquisas/empreendedores_brasileiros_perfis_percepcoes_capitulo1.pdf.
- FCSH-UNL (2014). Ciência política e relações internacionais – Área de especialização em globalização e ambiente. In www.unl.pt/. Acedido em 16 de Março de 2014 em http://www.unl.pt/guia/2014/fcsh/UNLGI_getCurso?curso=4212.
- Fundação EDP (2014). Hub de inovação social. In www.fundacaoedp.pt/. Acedido em 22 de Março de 2014 em <http://www.fundacaoedp.pt/inovacao-social/hub-de-inovacao-social/hub-de-inovacao-social/63>.
- GEM (2012a). GEM Portugal 2012 – Estudo sobre o empreendedorismo. In www.gemconsortium.org/. Acedido em 22 de Março de 2014 em <http://www.gemconsortium.org/docs/download/3120>.

- GEM (2012b). Empreendedorismo no Brasil: 2012. In www.gemconsortium.org/. Acedido em 23 de Março de 2014 em <http://www.gemconsortium.org/docs/download/2806>.
- GEM (2012c). GEM Angola 2012 – Estudo sobre o empreendedorismo. In www.gemconsortium.org/. Acedido em 23 de Março de 2014 em <http://www.gemconsortium.org/docs/download/3108>.
- Halpern, D. (2005). *Social capital*. Cambridge: Polity Press.
- Hamel, G. (2006). The why, what, and how of management innovation. *Harvard Business Review*, February, 1-12.
- HSG (2014). HSG hub São Paulo. In www.cls.unisg.ch/. Acedido em 23 de Março de 2014 em http://www.cls.unisg.ch/pt-pt/hsg_hub_sao_paulo.
- Hub Porto (2014). Regulamento hub Porto. In www.jfparanhos-porto.org/. Acedido em 22 de Março de 2014 em http://www.jfparanhos-porto.org/docts/regula_hub.pdf.
- IES (2014). Projectos ES+ identificados. In www.ies.org.pt/. Acedido em 10 de Maio de 2014 em <http://ies2014.prosite.com/235173/2565728/identificacao/projetos-es-identificados>.
- Impacthub (2014). Impact hub global network. In www.impacthub.net/. Acedido em 11 de Maio de 2014 em <http://www.impacthub.net/>.
- Impacthub Johannesburg (2014). What is impact hub Johannesburg?. In <http://johannesburg.impacthub.net/>. Acedido em 11 de Maio de 2014 em <http://johannesburg.impacthub.net/>.
- Impacthub Recife (2014). O que é o impact hub Recife?. In <http://recife.impacthub.net/>. Acedido em 11 de Maio de 2014 em <http://johannesburg.impacthub.net/>.
- Impacthub São Paulo (2014). O que é o impact hub São Paulo?. In <http://saopaulo.impacthub.net/>. Acedido em 11 de Maio de 2014 em <http://saopaulo.impacthub.net/>.
- Instituto Camões (2014). Conceito estratégico da cooperação portuguesa 2014-2020. In www.instituto-camoes.pt/. Acedido em 16 de Março de 2014 em <http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/conctestratg1420.pdf>.
- Lalkaka, R. (2001). *Best practices in business incubation: Lessons (yet to be) learned*. Comunicação apresentada na International Conference on Business Centers: Actors for Economic & Social Development, 14-15 November. Brussels: European Union –

- Belgian Presidency. Acedido em 27 de Abril de 2014 em <http://egatwip.usaidallnet.gov/sites/default/files/Best%20Practices%20in%20Business%20Incubation.pdf>.
- Leadbeater, C. (2001). The rise of the social entrepreneur. In www.demos.co.uk/. Acedido em 27 de Abril de 2014 em <http://www.demos.co.uk/files/theriseofthesocialentrepreneur.pdf?1240939425>.
- Lemos Martins, M., Cabecinhas, R. & Sousa, H. (2007). *Comunicação e lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Lisboa: Campo das Letras.
- Meneses, J.W. (2010). Competitividade e modernização tecnológica da economia portuguesa: Agenda para uma competitividade inclusiva e sustentável. Comunicação apresentada numa Conferência sobre Inovação Social, 25 de Novembro. Lisboa: Fundação ResPública.
- Mundar (s.d.). Inovação social: Concurso anual de ideias para jovens Mundar, tutorial de apoio e inspiração. In www.mundar.programaescolhas.pt/. Acedido em 8 de Junho de 2014 em http://www.mundar.programaescolhas.pt/sites/default/files/mundar_inovacao_social_07_out.pdf.
- OECD (2009). Measuring entrepreneurship: A collection of indicators. In www.insme.it/. Acedido em 9 de Maio de 2014 em <http://www.insme.it/files/3862>.
- OF/Estímulo (2014). Causas com remédio – Protocolo de colaboração entre a Ordem dos Farmacêuticos e a Estímulo. In www.ordemfarmaceuticos.pt/. Acedido em 20 de Junho de 2014 em http://www.ordemfarmaceuticos.pt/scid/ofWebInst_09/defaultArticleViewOne.asp?categoryID=1492&articleID=8260.
- Oliveira, E.M. (2004). Empreendedorismo social no Brasil: Atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. *Revista FAE*, 7(2), 9-18.
- Open (2007). Ser empreendedor. In www.open.pt/. Acedido em 17 de Maio de 2014 em http://www.open.pt/pt/open_incubadora/ser-empreendedor.
- PPONGD (2014). Carta das ONGD europeias. In www.plataformaongd.pt/. Acedido em 11 de Maio de 2014 em

http://www.plataformaongd.pt/conteudos/File/Plataforma/Carta_das_ONGD_europeias.pdf.

Santos Oliveira, J. (1999). Glocalização, ambiente e desenvolvimento sustentado. In <http://revistas.ulusofona.pt/>. Acedido em 17 de Maio de 2014 em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rhumanidades/article/view/1255/1015>.

Schumpeter, J. A. (1942). *Capitalism, socialism and democracy*. New York: Harper & Brothers.

SEBRAE (2014). Empreendedorismo – Como entender a empresa. In www.sebrae.com.br/. Acedido em 11 de Maio de 2014 em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/tipoconteudo/empreendedorismo?codTem a=2>.

SSE (2014). Social enterprise, social entrepreneur - What do these terms mean?. In www.the-see.org/. Acedido em 11 de Maio de 2014 em <http://www.the-sse.org/what-is-social-enterprise->.

UCCLA (2013a). *Relatório de atividades e contas 2013*. Lisboa: UCCLA.

UCCLA (2013b). Estatutos da UCCLA. In www.uccla.pt/. Acedido em 9 de Março de 2014 em <http://www.uccla.pt/estatutos>.

UCCLA (2014). Fundador da UCCLA, Nuno Kruz Abecasis. In www.uccla.pt/. Acedido em 9 de Março de 2014 em <http://www.uccla.pt/pessoas/nuno-kruz-abecasis>.

UN (2013). Objectivos de desenvolvimento do milénio (ODM). In www.unric.org/. Acedido em 26 de Abril de 2014 em http://issuu.com/unric_publications/docs/131019160133-9b00908a9409457ba5f4b958f1d0972f/1?e=9525974/5741159.

UNESCO (2009-2014). 2005-2014 - Década das Nações Unidas de educação para o desenvolvimento sustentável. In www.unesco.org/. Acedido em 9 de Março de 2014 em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abouthis-office/prizes-and-celebrations/2005-2014-the-united-nations-decade-of-education-for-sustainable-development/>.

UNIDO (2014a). Cape Verde: Empowering young people through entrepreneurial and innovative competencies. In www.unido.org/. Acedido em 18 de Maio de 2014 em <http://www.unido.org/news/press/cape-competencies.html>.

UNIDO (2014b). Mozambique: Investing in a new generation. In www.unido.org/. Acedido em 18 de Maio de 2014 em <http://www.unido.org/en/where-we-work/africa/selected-projects/mozambique-entrepreneurs.html>.

Vasconcelos, D. (2011). É o fim do mundo como o conhecemos. *IPNews*, 16(Julho), 1-6. Acedido em 7 de Junho de 2014 em <http://www.impulsopositivo.com/files/IPNews/IPNews201107.pdf>.

Venâncio, J.C. (1996). *Colonialismo, antropologia e lusofonias: Repensando a presença portuguesa nos trópicos*. Lisboa: Vega.

WBCSD (2006). Do desafio à oportunidade: O papel das empresas na sociedade de amanhã. Lisboa: BCSD Portugal.

Bibliografia Consultada

Giddens, A. (2000). *O mundo na era da globalização* (6ª ed.). Lisboa: Presença.

Bentham, J. (1834/2009). Deontology; Or, the science of morality. London: Longman, Rees, Orme, Browne, Green, and Longman. In D.C. Stevenson (Ed.), *Internet Classics Archive*. (Publicação original 1834). Acedido em 29 de Março de 2014 em <https://archive.org/stream/deontologyorthe01bentuoft#page/n5/mode/2up>.

Chacon, V. (2002). *O futuro político da lusofonia*. Lisboa: Verbo.

Christensen, C.M. (1997). *The innovator's dilemma*. Harvard: Business School Press.

Christensen, C.M. (2003). *O crescimento pela inovação: Como crescer de forma sustentada e reinventada o sucesso*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Conceição, C.P., Gomes, M.C., Costa, A.F., Cardoso, G. & Castells, M. (2005). *A sociedade em rede em Portugal*. Prior Velho: Campo das Letras.

Cristóvão, F. (2008). *Da lusitanidade à lusofonia*. Coimbra: Almedina.

Descartes, R. (1982). *Discurso do método: As paixões da alma* (N. Macedo: Trad., 11ª ed.). Lisboa: Sá da Costa.

Dornelas, J. (2003). *Empreendedorismo corporativo*. Rio de Janeiro: Campus.

Estanque, E. (1999). Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais: Para um estudo dos movimentos de protesto público. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55, 85-111.

- Ferreira, E. (1994). Relações entre Portugal e África de língua portuguesa: Comércio, investimento e dívida (1973-1994). *Análise Social*, XXIX(129), 1071-1121.
- Fontelo, J.L. (2000). Ciência, cultura e política da lusofonia. In F.S. Neves (Org.), *A Globalização Societal Contemporânea e o Espaço Lusófono* (pp. 129-142). Lisboa: Edições Lusófonas.
- Heintze, B. (2005). A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade. *Cadernos de Estudos Africanos*, 7/8, 179-207.
- Marchueta, M.R. & Fontes, J. (2001). *Comunidade dos países de língua portuguesa – fundamentos político-diplomáticos*. Coimbra: Almedina.
- Monteiro, R L. (2001). *A África na política de cooperação europeia*. Lisboa: ISCSP.
- Moreira, A. (Coord.) (2001). *Comunidade dos países de língua portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- Moreira, A. (2004). Políticas da língua portuguesa. In A. Moreira, A. Bessa-Luís, A. Castro Caldas, A.C. Silva, A.D. Figueiredo, A. Vitorino *et al.*, *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro* (pp. 289-294). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Moreira, A. (2004). *Teoria das relações internacionais*. Coimbra: Almedina.
- Moreira, A. (2007). *A comunidade internacional em mudança*. Coimbra: Almedina.
- Mozzicafredo, J., Gomes, J.S., & Batista, J.S. (2003). *Ética e administração*. Oeiras: Celta.
- Neves, F.S. (2000). *Para uma crítica da razão lusófona: Onze teses sobre a CPLP e a lusofonia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Neves, F.S. (2011). *Estudos lusófonos. A hora da lusofonia*. Lisboa: Âncora/Edições Lusófonas (Texto no prelo).
- Pinto, J.F. (2004). *Do império colonial à comunidade dos países de língua portuguesa: Continuidades e descontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.
- Pinto, J.F. (2005). A integração regional e a cooperação como factores determinantes do desenvolvimento abrangente e sustentado da África. In F.M. Roque (Coord.), *O*

- Desenvolvimento do Continente Africano na Era da Mundialização* (pp. 179-215). Coimbra: Almedina.
- Pinto, J.F. (2008). *Estratégias da ou para a lusofonia? O futuro da língua portuguesa*. Lisboa: Prefácio.
- Pinto, J.F. (2011). Da CPLP à comunidade lusófona: O futuro da lusofonia. *Revista angolana de Sociologia*, 7/8, 107-118.
- Rawls, J. (1971). *A theory of justice*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Rego, A., Cunha, M., Costa, N., Gonçalves, H., & Cardoso, C. (2006). *Gestão ética e socialmente responsável*. Lisboa: Editora RH.
- Rosas, J.D. (1972). *Rumos da política económica*. Lisboa: Ramos Afonso & Moita.
- Singer, P. (2002). *Ética prática*. Lisboa: Gradiva.
- Singer, P. (2004). *Um só mundo: A ética da globalização*. Lisboa: Gradiva.
- Singer, P. (2006). *Como havemos de viver? A ética numa época de individualismo*. Lisboa: Dinalivro.
- Thomaz, O.R. (2002). Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. In C. Bastos, M.V. Almeida & B. Feldman-Bianco (Coord.), *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros* (pp. 39-63). Lisboa: ICS.
- Torres, A. (1998). *Horizontes do desenvolvimento africano no limiar do século XXI*. Lisboa: Vega.
- Vasques, S. (1997). *A integração económica africana*. Lisboa: Fim de Século.
- Vilela, M. (1999). A língua portuguesa em África: Tendências e factos. *Africa Studia*, 1, 175-192.
- Walton, R.E. (1994). *Tecnologia de informação: O uso de TI pelas empresas que obtêm vantagem competitiva*. São Paulo: Atlas.
- Weber, M. (1979). *Vision of history – Ethics and methods*. California: Universidade da California.
- Yunus, M. & Jolis, A. (2006). *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática.

ANEXOS

Anexo I – Contactos com diversas entidades e realidades lusófonas

Reunião entre os representantes da UCCLA (Engº Krus Abecassis, Presidente da CML, e Comandante Pinto Machado) e da CULA (Correia Dias) – Porto, 1985



**Participação do Presidente da CULA na Celebração do Dia da Independência de Angola
– Lisboa, 1983**



Anexo II – Protocolo de Cooperação entre a UCCLA e a FCSH-UNL



UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS
DE LÍNGUA PORTUGUESA

1

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA (UCCLA) E A FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (FCSH-UNL)

A União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, adiante designado por UCCLA, e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, adiante designada por FCSH-UNL, consideram de interesse mútuo o seu relacionamento institucional, para o desenvolvimento e aprofundamento de ações de cooperação.

Nestes termos, a UCCLA, representada pelo seu Secretário Geral, e a FCSH-UNL, representada pelo seu Diretor, celebram o presente Protocolo que terá por finalidade genérica o desenvolvimento de uma cooperação nos domínios da investigação, informação e da formação, no âmbito da cooperação científica, tecnológica e académica em domínios de interesse comum.

Cláusula Primeira

(Objeto)

O presente Protocolo regulará, de forma geral, as relações institucionais entre a UCCLA e a FCSH-UNL, definindo o seu âmbito, tipo de ações de cooperação, assim como a forma de gestão e a sua duração.

Cláusula Segunda

(Cooperação)

1. A UCCLA e a FCSH-UNL comprometem-se, na medida das suas possibilidades, a promover, incentivar e desenvolver ações de colaboração.

2. A cooperação entre as duas Instituições signatárias desenvolver-se-á concretamente dentro do quadro e domínios que sejam considerados de interesse comum, designadamente nas seguintes áreas:
 - a) Desenvolvimento de projetos de investigação;
 - b) Intercâmbio de informação, documentação e publicações;
 - c) Apoio à realização de estágios curriculares;
 - d) Realização de seminários, conferências, colóquios, encontros, jornadas, etc.
3. A concretização das medidas específicas de cooperação entre as partes serão acordadas, sempre que necessário, e reduzidas a escrito através da elaboração de planos de trabalho e/ou cartas de acordo, a concretizar pelas unidades orgânicas ou departamentos de cada uma das instituições cooperantes.

Cláusula Terceira

(Projetos de Investigação Científica)

1. A UCCLA e a FCSH-UNL colaborarão na realização e apoio à realização de projetos de investigação que versem sobre matérias de interesse comum.
2. Ambas as Instituições aceitam que os projetos de investigação de interesse comum possam ser desenvolvidos em colaboração dos seus Centros de Investigação.

Cláusula Quarta

(Estágios Curriculares)

1. As partes comprometem-se a admitir alunos para a frequência de estágios curriculares, nos termos previamente acordados.
3. A orientação dos estágios curriculares decorre em regime de co-orientação cabendo a cada uma das partes outorgantes do presente Protocolo proceder à nomeação de um docente ou especialista de reconhecido mérito para o efeito.

1

Cláusula Quinta

(Intercâmbio de informação e documentação)

As Instituições signatárias procederão à permuta de publicações e de literatura científica, nos domínios de interesse comum, em repositório institucional ou através de outro meio documental acordado pelas partes.

Cláusula Sexta

(Instalações)

Para os efeitos previstos no n.º 2 da cláusula 2.ª do presente Protocolo, as Instituições signatárias definem os termos em que é efetuada a cedência das suas instalações.

Cláusula Sétima

(Pagamentos)

Não haverá encargos financeiros decorrentes da execução do presente Protocolo.

Cláusula oitava

(Alterações ao Protocolo)

Qualquer alteração ao presente Protocolo deverá revestir a forma de documento escrito assinado pelas partes, devendo ser objeto de proposta a apresentar à outra parte.

Cláusula nona

(Vigência e Denúncia)

1. O presente Protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigorará pelo período de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos, caso não seja resolvido por comum acordo das partes outorgantes ou unilateralmente rescindido com fundamento no incumprimento das obrigações de uma das partes.
2. O presente Protocolo pode ser denunciado a qualquer momento, sendo tornado eficaz no final do semestre em que é denunciado ou em data acordada entre as partes.

Anexo III – Conferência Internacional «10 Anos do Fórum de Macau: Desafios e Oportunidades para a Lusofonia», 16 de Dezembro de 2013

«As Potencialidades das Economias Lusófonas e a China» foi o tema abordado pelo Secretário-Geral da UCCLA, no âmbito desta Conferência Internacional, organizada pelo Observatório da China, pela Direção Geral das Actividades Económicas do Ministério da Economia e pela Delegação Económica e Comercial de Macau.

Num debate moderado por Gabriela César (Adjunta do Chefe da Delegação Económica e Comercial de Macau em Lisboa), Vitor Ramalho começou por referir-se às “mudanças vertiginosas ocorridas à escala mundial” até aos dias de hoje. O apartheid, a institucionalização da OMC, a criação de espaços económicos supranacionais, o MERCOSUL, a União Europeia, a erupção de países emergentes, entre outros, conduziram à chamada «globalização», com consequências a nível político, económico e social. De acordo com o Secretário-Geral da UCCLA, ocorreram rupturas com o “velho mundo”, levando à reformulação de novas fronteiras. Neste novo mundo “em gestação”, o espaço dos países lusófonos não pode deixar de ser estrategicamente considerado como um todo, disperso pelos diferentes continentes. Apenas há uma única entidade supranacional que inclui os países da mesma fala comum, a CPLP. Para Vitor Ramalho, a história é feita numa “lógica de afectos” e essa instância internacional, que apresenta especificidades comuns, evidentes e únicas, é uma comunidade de afectos e interesses comuns aos países da mesma fala. A língua portuguesa tem, hoje, um valor económico fundamental para o desenvolvimento, sendo a sexta língua mais falada do mundo. E concluiu, afirmando que “não é possível o ser humano funcionar, exclusivamente, com a razão. Nós temos alma. Temos uma outra dimensão do mundo”.

O painel intitulado «As Potencialidades Económicas e Comerciais do Fórum Macau», onde participou o Secretário-Geral da UCCLA, contou, ainda, com as comunicações de Artur Lami (Diretor-Geral das Actividades Económicas do Ministério da Economia) e de Daniella Xavier (Chefe do Sector Comercial da Embaixada do Brasil).

Anexo IV – Conferência «Europa e África, Que Futuro Comum?», 12 de Março de 2014

Tratou-se de uma iniciativa conjunta entre as instituições seguintes: Associação para a Cooperação Entre os Povos, a Amnistia Internacional Portugal, o Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, o Conselho Nacional de Juventude, o Conselho Português para os Refugiados, a Rede Europeia Anti-Pobreza, a FCG, a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, a Plataforma Portuguesa das ONGD, a UCCLA e a União Geral dos Trabalhadores.

A Conferência contou com a participação de um conjunto de convidados africanos e europeus, que deram a conhecer a sua análise da evolução da parceria estratégica Europa/África e o que se pode perspectivar para o seu futuro, tendo em conta as actuais dinâmicas de ambos os continentes.

Estiveram presentes: Maurice Enguéléguélé (African Governance Institute), Marta Martinelli (Open Society institute), Gérard Karlshausen (Concord) e Artur Gwagwa (Fórum das ONG de Direitos Humanos do Zimbabwe em Inglaterra).

Anexo V – III Encontro «Triângulo Estratégico: América Latina–Europa–África», 7 e 8 de Abril de 2014

O Secretário-Geral da UCCLA, Vítor Ramalho, participou e tomou a palavra no III Encontro “Triângulo Estratégico: América Latina – Europa – África”, promovido pelo Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina (IPDAL), que se realizou em Lisboa, nos dias 7 e 8 de abril.

O encontro foi aberto pelo anterior Presidente de Cabo Verde, Pedro Pires, e encerrado pelo ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia de Portugal, Jorge Moreira da Silva, e teve como participantes representantes de grandes instituições e empresas nacionais e internacionais.

O Secretário-Geral da UCCLA interveio, na tarde do dia 7 de abril, no painel “Triângulo Estratégico: Ambiente, Energia, Cidades e Infraestruturas”. Aproveitou a oportunidade para salientar a importância da cultura e da economia nesta relação triangular, fazendo notar o aprofundamento das relações que a UCCLA pretende salvaguardar com a UCCI (União das Cidades Capitais Ibero-Americanas), registando a reciprocidade desse aprofundamento por parte das duas instituições.

O facto de a UCCLA, no novo ciclo, poder vir a ser plataforma de dinamização da atividade económica, através do recém-criado Gabinete Empresarial, que procurará responder às necessidades que lhe forem manifestadas, pelas cidades associadas da UCCLA, e a homenagem que esta vai levar a efeito aos associados da ex-Casa dos Estudantes do Império - tão bem retratada no livro do escritor angolano Pepetela “A Geração da Utopia”-, foram outros dos temas referidos por Vítor Ramalho.

Anexo VI – II Congresso da Cidadania Lusófona, 16 de Abril de 2014

Na abertura do evento, o Vereador da CML Carlos Manuel Castro, falou da afirmação da lusofonia e no trabalho desenvolvido em conjunto com a UCCLA. Para o responsável, a sociedade civil tem um papel fundamental na preservação e na promoção do espaço lusófono, que não se reduz apenas a fronteiras.

O primeiro painel, intitulado «Lusofonia no século XXI», contou com cinco oradores: Vítor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA, Prof. Doutor Adriano Moreira; Ana Paula Laborinho, Presidente do Instituto Camões; Gilvan Müller, Director do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, e Guilherme d'Oliveira Martins, Presidente do Centro Nacional de Cultura.

Para Vitor Ramalho “aferimos as nossas necessidades em função dos patamares de desenvolvimento que os países alcançam”. A realidade da “nossa fala”, conceito mais abrangente do que o da lusofonia, como refere, foi criado por uma “realidade humanista muito forte e pelo contributo dos povos”. Relembrando a história, falou da independência do Brasil, da presença dos portugueses no mundo, de Timor, da autodeterminação dos povos, da constituição da CPLP, da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas e da CEI. Para o Secretário-Geral, as cidades que compõem a UCCLA devem ter uma estratégia, mas não devem descurar a sua própria identidade e memória, sustentando que o estatuto do “cidadão lusófono” tem que ser cuidado e defendido. “Os países que integram a CPLP são portas de entrada de continentes”, afirmou, recordando o triângulo estratégico onde “Portugal é a porta de entrada da Europa por via marítima, assim como o Brasil é o que é relativamente a toda a América e Angola está no atlântico do sul”. E onde não poderemos deixar de “conceber a Ibéria numa lógica que contempla esta realidade do atlântico sul”. A Espanha, neste momento, é uma aliada objectiva e, numa lógica de estratégia global, reunimos vantagens económicas relevantes.

“Temos que reconhecer ao 25 de Abril, o crescimento exponencial da língua portuguesa” defendeu, por sua vez, Ana Paula Laborinho. O conceito de línguas policêntricas foi abordado por Gilvan Muller, no qual a língua representa o elemento de intervenção humana. Destacando o papel das línguas nos diferentes países, que compõem a CPLP, apresentou dados concretos, actuais e futuros, do papel da língua portuguesa no mundo. Para Guilherme d'Oliveira Martins, a língua portuguesa, sendo a mais falada do hemisfério sul,

implica uma grande responsabilidade. Falou do conceito dinâmico da lusofonia e da cooperação científica e tecnológica no reforço da afirmação da língua portuguesa.

O segundo painel, sob o tema «O mar como prioridade estratégica», contou com a presença de Manuel Pinto Abreu, secretário de Estado do Mar.

Foi entregue o prémio «Personalidade Lusófona 2013», pelo MIL, ao galego Ângelo Cristóvão, em sinal de reconhecimento de todo o seu trabalho em prol do reforço das relações entre a Galiza e a Lusofonia. A tarde foi marcada com intervenções de representantes dos oito membros da CPLP, dos territórios de Macau e Malaca, Guiné Equatorial e da região espanhola da Galiza, que debateram as prioridades na cooperação lusófona.

Anexo VII – Acordo de Cooperação UCCLA / UCCI, 7 de Maio de 2014

O protocolo foi assinado pelos Secretários-Gerais de ambas as instituições, respectivamente, Vitor Ramalho e Fernando Villalonga. Estiveram presentes o Vereador João Afonso (Pelouro dos Direitos Sociais da CML), os Embaixadores do Paraguai e Cuba em Portugal, Mbala Fernandes (Encarregado de Negócios da Embaixada da Guiné-Bissau em Portugal) e outros representantes de Embaixadas.

Vítor Ramalho enalteceu este acordo como um “acto de significado muito profundo”, reconheceu a importância que as línguas portuguesa e espanhola desempenham no mundo. “Duas das línguas mais faladas na escala planetária e, no Ocidente, somos a segunda e terceira mais faladas. Um ponto de vista de aproximação dos povos, nos domínios da própria economia”, no quadro da globalização. Para o Secretário-Geral da UCCLA, a “América Latina, na sua pujança cultural e economia de expressão, mas também África, traduzem de facto a importância que têm”, acrescentando que a “Europa tem estado um pouco cega, surda e muda à relevância enorme destas cidades, e precisa, determinantemente, deste aprofundamento da relação entre os povos que falam português e os que falam espanhol”. Acrescentou que sempre tentou “caminhar no sentido de reforçar as relações internacionais” com uma aproximação à UCCI: “Queremos aprofundar as nossas relações, sem complexos, nem constrangimentos, pois temos um grande e longo caminho à nossa frente, que é o das cidades”.

Foi anunciado de que, no âmbito do protocolo e com vista a envolver as cidades pertencentes a ambas as organizações, no dia 21 de Maio iriam actividades para assinalar o «Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento», data consagrada pelas NU. Para Vitor Ramalho, trata-se de um dia em que “iremos divulgar, em todas as nossas cidades, a complementaridade entre as cidades portuguesas e ibero-americanas”, com um pequeno acto simbólico, que seria um dos pequenos passos em que as instituições iriam trabalhar em conjunto.

Para Fernando Villalonga, este protocolo revestiu-se de grande importância e confirmou que o dia 21 de Maio seria um “vínculo histórico”: “Não há dúvidas de que falar de diversidade cultural, diálogo e desenvolvimento, é falar de uma das essências das cidades, especialmente das cidades capitais”.

Este protocolo reforçou, desta forma, o “vínculo entre a CML e a Câmara Municipal de Madrid, cidades com profunda vocação cultural”, cidades que apostam no seu papel histórico, social e que “partilham as línguas espanhola e portuguesa. Espero que este memorando seja o início de uma nova etapa das relações entre as nossas cidades”, acrescentou, concluindo que este será o melhor caminho para o intercâmbio entre ambas.

Para o Vereador Carlos Manuel Castro, este acto constituiu um excelente passo na relação entre as duas instituições: “A nossa relação com a Espanha e com a América Latina é, hoje em dia, fundamental, é fundamental que nós, poder local, possamos contribuir para essa aproximação entre as cidades. Temos uma grande fraternidade, amizade e uma grande disposição para nos relacionarmos com os outros.”.

Anexo VIII – XXX Assembleia-Geral da UCCLA, 9 de Maio de 2014

O presidente da Mesa deu as boas vindas a todos os presentes, dando a palavra à anfitriã, Vereadora Carina Gomes, em representação do presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Machado. Agradecendo a escolha da cidade de Coimbra para promover a reunião desta organização, a Vereadora apelou a todos os presentes para visitarem a cidade e voltarem brevemente. David Simango recordou a realização de eleições nalgumas das cidades presentes e solicitou a todos uma breve apresentação de nomes e cargos de todos os presentes. Por fim, reconheceu o trabalho desempenhado pelo presidente da Comissão Executiva, Ulisses Correia.

A reunião teve vários pontos de análise e discussão.

“Uma palavra de reconhecimento pela forma urbana, cortês, generosa e solidária com que a Câmara Municipal de Coimbra nos recebeu, felizmente e coincidentemente com uma festa que é historicamente importante para Coimbra e para o povo português e, de alguma maneira, também marcou todos os povos de expressão oficial portuguesa”, foram as palavras do Secretário-Geral no início da sua intervenção. Recordou o discurso de Manuel Machado, presidente da autarquia anfitriã, no dia anterior (no decorrer da Comissão Executiva), de que em Coimbra “vultos incontornáveis da cultura dos nossos povos e países, e também da política, passaram pela cidade de Coimbra e foram projetados para a liderança dos movimentos e partidos de libertação e, mais tarde, para a direção dos respetivos países”. Agradecendo a presença de todos, neste que representa um encontro de cidades e de empresas, afirmou ser uma “garantia para o futuro” da organização “pioneira na lusofonia”, com 29 anos de existência e predecessora da CPLP, pela mobilização que teve e “incontornável do ponto de vista da sua importância”.

O Secretário-Geral enalteceu a parceria recentemente concretizada com os Serviços Sociais da CML, uma vez que a autarquia de Lisboa tem um “acervo importantíssimo do ponto de vista social, de médicos e laboratórios que podem responder a exames clínicos necessários a todos”, salvaguardando o direito de todos e das instituições a que “pertencemos” nos socorrermos desse apoio e do trabalho profissional dos Serviços Sociais.

Referindo-se ao «Relatório e Contas de 2013», Vitor Ramalho falou do “avanço para o desenvolvimento” que a UCCLA tem promovido junto das suas cidades associadas. Falou das diversas iniciativas na área da cultura – Encontro de Escritores de Língua Portuguesa, em

Natal, apoio à Ópera de Pequim, encontros vários com escritores de renome em certames e universidades – dos trabalhos de saneamento em São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, da formação de 200 apicultores na Guiné-Bissau, na saúde e educação em Moçambique e Cabo Verde, não esquecendo o reconhecimento que a UCCLA tem vindo a ter por parte da União Europeia.

No que se refere ao «Programa de Actividades para 2014», o Secretário-Geral destacou os seguintes aspectos:

- Homenagem que a UCCLA pretende fazer aos antigos alunos da CEI. Casa para “onde vinham estudar os jovens das ex-colónias, que não tinham universidades e queriam prosseguir os estudos superiores”, adiantando que nesta casa ergueram-se “referências e obras em volumes” - como “O Boletim da Casa” e a “Mensagem” – e “onde nasceram os maiores vultos da história dos nossos países e aí nasceram poetas e políticos, como Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Francisco José Tenreiro, Alda do Espírito Santo e muitas mais personalidades” que passaram pela Casa. “Em função de a UCCLA ser a instituição das cidades lusófonas, a CEI ter sede em Lisboa e uma delegação em Coimbra”, e fazer este ano 70 anos da sua criação e para o ano 50 anos da sua extinção (pela polícia política, em 1965), “desafiámos o reitor da Universidade de Coimbra a promover uma sessão de homenagem” a estas personalidades vivas, que terá lugar no dia 21 de Outubro. Adiantou, ainda, que no dia 25 de Maio de 2015 terá lugar na FCG, a sessão de encerramento, trazendo “figuras proeminentes e incontornáveis na acção política que tiveram”. Vitor Ramalho falou do apoio recolhido junto do Governo Português e das Embaixadas, e referiu que o jornal SOL irá fazer um encarte com os 22 pequenos livros da CEI;

- No âmbito do protocolo que a UCCLA assinou com a UCCI – que tem como objetivo o aprofundamento e o reforço das relações entre as cidades de língua oficial portuguesa e as cidades ibero-americanas, associadas das duas instituições, bem como fomentar a participação em actividades ou iniciativas promovidas por qualquer uma delas em benefício de ambas – as instituições irão promover, no dia 21 de Maio, actividades para assinalar o Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento, data consagrada pelas NU. O Secretário-Geral fez o apelo a que todas as cidades façam “declarações ou marcas simbólicas” para que esse dia seja assinalado, invocando as duas instituições;

- Outorgado o protocolo com a AICEP, onde “iremos ter representação nas feiras internacionais, desde já a FACIM (Moçambique) e a FILDA (Angola)”, permitindo, deste modo, a participação de todas as cidades e empresas que compõem o universo da UCCLA;
- Realização da reunião das redes temáticas da «Preservação dos Centros Históricos», na cidade de Angra do Heroísmo, e da «Protecção Civil», em Maputo;
- Criação do Gabinete de Cooperação Económica que “permitirá respostas mais céleres, sem compromisso, quer no domínio da formação autárquica, como no domínio das próprias empresas”. Para o Secretário-Geral este Gabinete representará uma “ajuda multilateral das nossas empresas, não apenas das nossas associadas, mas também outras”;
- Assinatura de diversos protocolos: CE-CPLP, Serviços Sociais da CML, RJP, Centro de Estudos da Administração Local do ISEC.

O presidente da Comissão Executiva da CE-CPLP, Francisco Viana, adiantou que a Confederação irá contribuir, e está a trabalhar nesse sentido, para ajudar financeiramente a iniciativa de homenagem à CEI. Sugeriu, ainda que, quando da realização das Assembleias Gerais da UCCLA, a Confederação possa realizar um “Fórum Económico” de modo a criar uma “interactividade entre os empresários que poderão apoiar as cidades e os nossos líderes municipais”. Por fim, afirmou que irá propor a adesão da Confederação a membro da UCCLA. Américo de Abreu Ferreira, Administrador das Águas de Portugal, sugeriu que a UCCLA deveria “potenciar, para além do financiamento com a União Europeia e o Instituto Camões, deveria arranjar uma forma de interagir com o Banco Mundial, Banco Africano e Banco Europeu de Investimentos”.

No que concerne a moções, foram apresentadas e aprovadas as três seguintes:

- Moção 1 de «Reconhecimento de M'Banza Congo como cidade Património Mundial da Humanidade»;
- Moção 2 de «Saudação pelas recentes eleições Democráticas na Guiné-Bissau»;
- Moção 3 de «Saudar a cidade de Díli, associada da UCCLA, como cidade anfitriã da Xª Conferência de Chefes de Estado e de Governo que terá lugar no dia 23 de Julho de 2014».

Os pedidos de novas adesões mereceram uma explicação mais detalhada por parte do Secretário-Geral:

- Candidatura da Câmara Municipal da Covilhã como Membro Observador da UCCLA. De acordo com Vitor Ramalho, a cidade da Covilhã tem uma “tradição relevantíssima do ponto de vista têxtil e, particularmente, dos lanifícios”. O responsável adiantou que outras cidades portuguesas manifestaram a sua intenção de integrarem a UCCLA, como Ponta Delgada, Madeira e Porto Santo;
- Em relação a empresas (Membros Apoiantes), foram aceites a Diorama (empresa internacionalizada em alguns países lusófonos e também na Argélia, e tem como principal, para além de outras, actividade a resposta às linhas de caminho-de-ferro), a Parques do EDT do Tâmega (associação que agrupa várias empresas e nichos de empresas), a COFACO Açores (empresa de produtos alimentares, na área das conservas, com grande dimensão internacional), a ANEPE e o Centro de Estudos da Administração Local do ISEC.
- Foi dado a conhecer o pedido de suspensão do Centro de Estudos e Formação Autárquica.

As datas para a realização das próximas reuniões da Comissão Executiva e Assembleia Geral da UCCLA ficaram agendadas para os seguintes locais:

- 2.^a Comissão Executiva de 2014 na Guiné-Bissau;
- 1.^a Comissão Executiva de 2015 e XXXI Assembleia Geral em Maputo;
- 2.^a Comissão Executiva de 2015 em Macau.

No final dos trabalhos, o representante da UCCI, Fernando Rocafull, dirigiu à Assembleia-Geral palavras de agradecimento pelo convite. Tendo a UCCI 29 cidades, existe um “forte vínculo entre a Península Ibérica e a América Latina” e esta será uma “nova etapa para a relação entre a UCCLA e a UCCI”.

Antes da reunião, teve lugar a inauguração da exposição «UCCLA – Lusofonia em Desenvolvimento», que apresentou detalhadamente a UCCLA e o seu trabalho numa mostra que ilustra a história, o percurso e as metas alcançadas pela União. Nela estão expostas as 39 cidades da UCCLA, assim como os principais projectos de cooperação nos últimos anos de actividade da instituição e as suas empresas.

Anexo IX – Conferência «Believe», 24 de Maio de 2014

Entre os oradores da Conferência, destaca-se a intervenção de Ulisses Correia e Silva, Presidente da Câmara Municipal da Praia, Cabo Verde, e Presidente da Comissão Executiva da UCCLA. Para além do tema proposto, expôs a sua experiência pessoal, empresarial, política, governativa e autárquica.

Este evento contou com uma larga plateia de empresários e actores ligados ao sector económico e financeiro de Portugal e dos PALOP. Resultou da necessidade de promover e dinamizar o debate em torno das questões que afectam a economia portuguesa no contexto global e a sua interrelação com os países lusófonos no quadro alargado da CPLP. A UCCLA marcou a presença através de alguns quadros superiores da sua Secretaria-Geral.

O debate foi moderado pelo Jornalista da RTP Carlos Daniel, e contou com os seguintes oradores: Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, Mário Costa (Administrador da Believe), António Godinho (Administrador da Onebiz), representantes do Montepio e da Capital Criativo, António Saraiva (Presidente da CIP), José Ribeiro Gonçalves (Administrador Judicial), João Luís de Sousa (Director da Vida Económica), Paulo Vistas (Presidente da CMO), Álvaro Mendonça (Director de Projectos Especiais do Grupo Cofina), António Marante (Administrador do Banco Carregosa), Jorge Baptista (Apresentador «Negócios Angola» e Presidente da Associação de Empreendedores de Angola), Carlos Gomes Júnior (ex-Primeiro Ministro da Guiné-Bissau, Fundador da PETROMAR - Abastecimento Petrolífero e Presidente da Comissão Executiva do Banco BAO), Patrice Trovoada (ex-Primeiro Ministro São Tomé e Príncipe), Ulisses Correia (ex-Ministro das Finanças de Cabo Verde e Presidente da Câmara Municipal da Praia) e Salimo Abdula (Presidente da CE-CPLP e Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Confederação das Associações de Económicas de Moçambique).

Anexo X – Conferência «Internacionalização das Economias», 3 e 4 de Junho de 2014

Esta conferência teve como objetivo a criação de um espaço de debate e encontro entre empresas e organizações do espaço lusófono para o reforço das relações económicas entre os Estados-membros da CPLP. Contou com a participação dos países da CPLP e com as presenças dos ministros dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, e da Economia, António Pires de Lima. O Secretário-Geral da UCCLA, Vitor Ramalho, também esteve presente na cerimónia de abertura da conferência. Contou, ainda, com o Alto Patrocínio do Vice Primeiro Ministro de Portugal.

Rui Machete classificou a reunião de trabalho com a AICEP, em que participara em grupo fechado, como: “muito frutífera”. Na altura estava acompanhado pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Luís Campos Ferreira.

Miguel Frasquilho, presidente da AICEP, realçou a importância da internacionalização das empresas e a aposta em novos mercados, como contributo essencial para o crescimento da economia. “As empresas não se podem focar apenas nos mercados internos onde, por natureza, operam. Actualmente, o crescimento das empresas passa necessariamente pela internacionalização e pela aposta nos mercados em que os seus produtos sejam diferenciadores e valorizados e em que as relações comerciais possam ser estabelecidas sem a existência de barreiras significativas à entrada. Entre 2008 e 2012, o comércio e as exportações no seio da CPLP quase duplicou e as trocas comerciais dos países da lusofonia com outras geografias, como a Ásia, têm vindo a registar crescimentos muito relevantes”. No entanto, e apesar do crescente dinamismo das trocas comerciais entre os vários países da CPLP, Miguel Frasquilho notou que, em 2013, as exportações de Portugal para os outros países da lusofonia representaram “apenas” 10% do total das exportações portuguesas. “Acredito que o potencial de relacionamento entre os países da CPLP está longe de esgotado e são inúmeras as oportunidades de negócios e de investimentos por explorar”, concluiu.

No segundo dia, dia reservado à UCCLA, decorreu a intervenção de autarcas das cidades capitais do mundo lusófono, seguida de encontros bilaterais com empresários relacionados.

Anexo XI – Fotos ilustrativas do funcionamento do *Impact Hub Johannesburg*

